



ATA DA 206ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Aos 21/11/2018, sob a presidência do Senhor Secretário Adjunto da Secretaria do Verde e Meio Ambiente, Dr. Luiz Ricardo Viegas, realizou-se a 206ª Reunião Plenária Ordinária do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CADES, convocada com a seguinte

PAUTA

Expediente:

1. Discussão e votação da Ata da 205ª Reunião Plenária Ordinária do CADES.
2. Informes
3. Sugestões para inclusão na pauta desta reunião.

Ordem do dia:

1. Apresentação “**Atualização do Plano Municipal de Saneamento**” pelo Senhor Marco Antônio Palermo, Secretário Executivo do Comitê Gestor do Contrato com a SABESP.
2. Sugestões para Pauta da próxima reunião e Assuntos Gerais.

Anexos:

- Ata da 206ª Reunião Plenária Ordinária do CADES.



Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) – Bom dia, Senhoras, Senhores. Tamires, por favor. Não, calma. Você está com bastante pressa, mas um pouquinho de calma. Aliás, hoje todos nós estamos desacelerados, com exceção do Prefeito, que está aceleradíssimo por conta da ponte. Nós estamos ainda tomando ritmo depois de um feriado prolongado. Bom dia a todos e todas. Nós vamos iniciar a nossa... Aliás, o Secretário me convocou para coordenar a mesa hoje em vista de um compromisso também que ele esteve agora de manhã - ou está tendo - no Gabinete do Prefeito e aí ele me pediu que eu conduzisse esta, esta reunião. Então eu declaro aberta a nossa 206ª reunião do CADES, que eu vou passar aqui a palavra ao Luis Eduardo Peres Damasceno para que faça algumas considerações e discorra sobre a pauta da reunião.

Luis Eduardo Peres Damasceno - Bom dia a todos e todas. Primeiramente, eu gostaria, após o meu bom dia, de justificar ausência do Devair pelo falecimento do pai dele; então, eu estou aqui no lugar dele. O motivo da ausência dele foi essa. Nós iremos para o segundo ponto de pauta, que é o panorama das reuniões das Câmaras Técnicas e comissões especiais. Informamos que no último mês, ocorreram duas reuniões da Comissão Especial de Mediação e Conciliação de Passivos Ambientais em processos administrativos. No dia 22/10 e 13/11. No estágio atual, a Comissão está analisando os cinco processos que tratam de passivos ambientais diferentes para elaboração de um relatório. Informamos que este mês não houve reunião de Câmara Técnica de Elaboração de Pauta por problemas de quórum. As demais Câmaras Técnicas também não se reuniram por não terem recebido nenhuma demanda. Item 2: eleição dos Conselhos Gestores de Parques Municipais. Informamos que no dia 25 novembro ocorrerá a eleição para a formação do Conselho Gestor do Parque Tenente-Brigadeiro Roberto Faria Lima. A eleição será no próprio parque, das 10 às 16. Informamos que no dia 9 de dezembro ocorrerá a eleição para a formação do Conselho Gestor do Parque do Povo. A eleição será no próprio parque, das 10 às 16 horas. E terceiro: projetos da Secretaria do Verde custeados por recursos da FMSAI. Conforme solicitação do Conselheira Sônia Hamburger, temos um informe sobre os projetos que estão em andamento na Secretaria do Verde e que são custeados com recursos do FMSAI. Passamos a palavra para Senhora Tamires, representante do DEPAVE-1 para o informe. Por favor, Tamires.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - A Conselheira está aí? A Sônia?



Tamires - Você vai passando para mim? Bom dia, gente. Eu estou usando exatamente a mesma apresentação que eu usei... que a gente apresentou em agosto; então, todos esses projetos que eu vou apresentar eles já estão em curso ou em fase de licitação ou já em fase de contratação mesmo. A gente tem um que já está em curso, já está em implantação, que é a primeira fase do Parque dos Búfalos, que é cercamento. Ah, só um adendo. Todos os projetos do FMSAI, tanto da Secretaria do Verde como de qualquer outra Secretaria, no site da Prefeitura, lá no FMSAI tem os processos e tem o acompanhamento de cada coisa que está sendo feita. Quem tiver interesse de entender o que está acontecendo com mais profundidade, com todos os relatórios, com o cronograma de desembolso, tudo isso, pode depois ter acesso a todas essas informações, tá, Sônia? A gente tem adequações gerais no Cidade Toronto, que a gente tem um problema ali no lago. Anhanguera tem uma série de intervenções ali, que vai de rede de abastecimento, sistema de tratamento de efluentes e ampliação dos recintos para o CEMACAS, que hoje já não suporta mais a quantidade de animais que a gente reabilita. O Apurá Búfalos de novo, porque tem a continuação. A gente está agora na primeira fase, a gente já está assinando contrato do projeto e para o ano que vem a gente já tem a obra. Nascentes Ribeirão Colônia, que é o único parque urbano que a gente tem em Parelheiros também tem as ações para lá. Pode passar. Aristocratas, as primeiras ações para a implantações do parque. Tem uma série de projetos de drenagem e contenção de erosão para vários parques na Zona Sul. Para os parques naturais também. A gente tem algumas coisas para fazer nas sedes dessas áreas. Rodeio também a gente tem um problema com drenagem lá também, para cuidar e contenção de erosão. Nebulosas mesma coisa. O Nair Bello a implantação. O Ivo vai ficar feliz e logo já vai acontecer a licitação, já está autorizado. Se eu não me engano, já está com data marcada. O Cabeceiras do Aricanduva também. A gente tem algumas obrigações para fazer, para dar continuidade às obrigações da ECO-URBIS, então é isso que a gente está propondo. Implantação do Água Podre. Pode passar. CEMUCAM e o próximo, que é o Previdência, são dois levantamentos planialtimétricos que a gente precisa para base para as intervenções que a gente precisa fazer nessas áreas. Aqui é o que a gente mandou disso tudo que eu apresentei e a continuação deles no ano de 2019 e mais algumas coisas para o ano de 2019. Então, o que a gente tinha projeto para 2019, a gente colocou a obra ou outras intervenções mesmo que a gente já estava prevendo para começar no final do ano que vem, dar continuidade, assim, até 2020/2021. Então, tem Anhanguera. Na Zona Norte temos Anhanguera, Toronto,



Pinheirinho, Rodrigo de Gasperi, que são os parques que têm intervenções previstas pelo FMSAI. Na Zona Sul eu tenho os parques São José, Severo, Prainha e Herculano; os naturais o Jacques Cousteau, Guarapiranga. Os naturais na Zona Sul. Na Leste a gente tem a questão do Chico Mendes. Acho que já deve ter passado aqui pelo CADES, que ali abriu uma voçoroca imensa e a gente está terminando o projeto agora, que é um projeto bastante complexo e o desassoreamento, contenção de erosão, enfim, tem uma recuperação forte para fazer lá, então para o ano que vem a gente está prevendo a obra. Rodeio e Consciência Negra, Rio Verde, Nebulosas, Ermelino, na Zona Leste e na Centro-Oeste, que é a divisão que a gente faz, CEMUCAM e Previdência. Pode passar, desce. CEMUCAM, Previdência e o Água Podre. Aqui só está dividido para vocês saberem porque são três dotações diferentes, mas as intervenções elas vão estão se repetindo do que é ampliação, reforma, não sei o quê e o que é implantação de parque. Aqui a gente tem a parte de implantações de parque; então, que é um projeto básico do Brasilândia, Parque dos Búfalos, Aristocratas, Nascentes. Itapaiuna, a implantação do Paraisópolis, implantação do Horto do Ipê. Juta, inicial Sérgio Vieira de Mello, Leopoldina e aqui é uma dotação de desapropriação, que a gente, para manter a dotação a gente tem que colocar um valor simbólico para não perder essa dotação e poder continuar. No valor total para 2019 estão previstos trinta e oito milhões pelo FMSAI da Secretaria do Verde. Alguém tem alguma dúvida? Diga. O Alto da Boa Vista está sendo feito com outros recursos, com TCA, com FEMA, com outras coisas; então, ele não está aqui no FMSAI. Por favor.

Luis Eduardo Peres Damasceno - Por favor, se identifique ao falar.

Tamires - Pega o suporte inteiro. Mais fácil.

Cons. Ivo - Ivo, Savoy City, Leste 1. Consciência Negra. A reforma das pontes. Foi feito o orçamento, parece que há seis meses e está tudo parado até então.

Tamires - Esse da ponte eu não sei, porque o que a gente colocou...

Cons. Ivo - Por isso da minha pergunta.

Tamires - Com certeza a gente avalia. O que aqui está previsto para o Consciência é contenção de erosão, que lá tem duas erosões bem grandes.

Cons. Ivo - Positivo. É só como informação. Obrigado.



Luis Eduardo Peres Damasceno - Por gentileza, se identifique.

Cons. Walter Pires - Walter Pires, Secretaria de Cultura. É só duas informações complementares. Apareceu sede do Parque do Bororé. Seria o Sítio do Periquito?

Tamires - Não é o Sítio do Periquito, pode ficar tranquilo.

Cons. Walter Pires - Ao contrário, eu queria que houvesse alguma coisa no Periquito.

Tamires - Porque às vezes pode ter algum, mas foi tombado, mas não é o Sítio do Periquito.

Cons. Walter Pires - E o Parque de Colônia, que é a Cratera, é o parque...

Tamires - Não, não é a Cratera. É o Nascentes do Ribeirão Colônia, que era antigo - como é que era o nome do clube? - Metal Leve, o antigo Metal Leve.

Cons. Walter Pires - Não é dentro da Cratera?

Tamires - Não é dentro da Cratera.

Cons. Walter Pires - E o Parque da Cratera não tem ainda uma previsão?

Tamires - Não.

Cons. Walter Pires - Obrigado.

Luis Eduardo Peres Damasceno - Com a palavra.

Cons. Renate - Renate, da Zona Sul. Você pode explicar um pouquinho melhor a drenagem da Zona Sul, que você tem um dos itens aí?

Tamires - A gente está contratando uma série... A maioria dos parques tem algum tipo de - principalmente os da Zona Sul, esses que a gente colocou - eles têm alguma questão de drenagem e contenção de erosão, tem alguma coisa para resolver com relação a isso. A gente está contratando todos os projetos de drenagem dessas áreas: para o Severo Gomes, que tem um problemão lá, o Prainha, o Guarapiranga, que cada vez mais vai caindo aquela parte da praia ali. Então, o que está proposto aqui são a contratação desses projetos para a gente poder saber quanto custa isso em obra e se programar para essas intervenções. Mais alguém?



Cons. Marcos Moliterno - Bom dia, Marcos Moliterno, Instituto de Engenharia. Eu queria saber o seguinte: nesses parques todos existe algum projeto de alteração do nome para homenagear alguém, alguma coisa dessa?

Tamires - Não, o FMSAI é um Fundo de recursos. Não cabe alteração de nome.

Cons. Marcos Moliterno - Você não está a par disso?

Tamires - Não.

Cons. Marcos Moliterno - Eu queria aqui colocar a minha reivindicação antiga, que se tiver que fazer alguma homenagem nesses parques, que não seja alguma celebridade de TV. Que seja um professor do nível básico da Prefeitura, que eu acho que seria uma maneira de dar um pouco de prestígio para a educação, que anda tão largada há mais de cem anos nesse país. Obrigado.

Luis Eduardo Peres Damasceno - Sônia.

Cons. Sônia Hamburger - Eu queria agradecer a apresentação. Fui eu que pedi, porque a gente tem uma reunião ordinária agora dia 29 e como eu estou entrando agora como suplente eu achei que era bom eu já chegar com algum conhecimento e eu acho interessante a gente como Conselho acompanhar também. Sempre que eu tiver alguma dúvida lá eu vou pedir para que seja colocado aqui.

Tamires - Claro, sem problema. No dia 29 eu vou estar lá também para apresentar o cronograma de 2019 e é o que eu falei: o FMSAI ele é muito rigoroso na prestação de contas; então, a prestação de contas ela é praticamente mês a mês, está lá pronto, então qualquer dúvida que vocês tiverem é muito fácil acessar essas informações. É tudo georreferenciado, então vocês sabem em que local da cidade está sendo gasto esses recursos, então tudo muito claro e aí por conta dessa prestação de contas que tem lá, que é muito fácil, também é muito fácil trazer para cá. Até você mesmo como Conselheira e representante já trazer as informações.

Cons. Ivo - Ivo, Savoy. Você disse uma coisa muito legal e que me deixou contente. É que eu tratei primeiro do Consciência Negra para entender. Será que não vai acontecer o que houve antes Nair Bello, que nós tivemos a dotação, tivemos... a SIURB na época deu a liberação para a obra e não aconteceu nada, foi arquivado o processo. Há cinco



anos atrás eu desarquivei esse processo graças ao apoio de todos aqui. O que vai acontecer agora? Me conta?

Tamires - Agora vai acontecer a licitação finalmente. Agora vai.

Cons. Ivo - Agora vai.

Tamires - Agora vai.

Cons. Ivo - Obrigado, só para confirmar. E o histórico um pouquinho do drama.

Tamires - Lógico, lógico. Essa a gente sempre colocava nas prioridades. Na hora que veio, o Secretário também falou: é para colocar. A gente colocou e aprovou.

Cons. Ivo - Obrigado.

Luis Eduardo Peres Damasceno - Mais alguma pergunta?

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - Eu tenho. É que você discorreu os parques de uma forma com orçamento 2018 - está ali - e de fato como está o estado da arte de cada parque. Eu acho que seria importante, até porque discorre isso e o estado da arte ainda não tem absolutamente. Como é que nós estamos no cronograma com relação a cada ação?

Tamires - Como eu falei, o que eu apresentei no *slide* ali, que foram as fotos, todas aquelas intervenções ali ou elas estão... Se vocês quiserem, até repasso, que eu acho que eu lembro de cabeça. Volta lá. Isso daqui - só um histórico até para Sônia, que está entrando agora no FMSAI - até 2017, a Secretaria do Verde ela não tinha dotações no FMSAI. A gente tinha cadeiras - a Secretaria do Verde era a vice-presidente do Fundo, mas não tinha dotação lá; então, depois de eternas discussões cada Secretaria passou a ter as suas dotações lá e a Secretaria do Verde passou a ter recursos lá no Fundo. Esse Fundo, a gente começou a utilizar recursos de fato agora partir de 2018. Naquela época, como a gente tinha algumas coisas para fazer só que a gente não tinha dotação - a SIURB tinha suas dotações para fazer e o escopo caberia ao que a SIURB faz, algumas coisas que são essas, que são projetos, enfim, algumas coisas voltadas à drenagem principalmente, a gente pediu para que eles passassem. Então, a gente tinha dinheiro, não tinha dotação para usar, então, a gente repassou o dinheiro para a SIURB poder executar o que a gente precisava naquele momento. Por exemplo, o Chico Mendes,



que eu citei, ele foi um desses casos. A gente transferiu esses recursos para SIURB, SIURB contratou, a gente acompanha tudo do início até o fim e só por mera competência e a possibilidade, na época, que eles tinham de fazer essas intervenções e contratar isso. Na época, porque a gente estava sem essas dotações. Jardim Apurá Búfalos, o acompanhamento. Esse contrato aqui ele já está sendo executado por uma questão de logística ali. Não sei se todo mundo conhece o Búfalos, que tem um empreendimento enorme ali no meio que está sendo agora as famílias estão entrando lá, então por uma questão logística a gente suspendeu esse contrato agora para dar continuidade a parte da SEHAB e depois a gente retoma. A gente já está com contrato executado quase 80%; então, aqui foi o cercamento da área. Hoje ele a gente está com 80% mais ou menos executado - um pouquinho menos - e está com ele suspenso para retomar no ano que vem por conta dessa logística com SEHAB. O Toronto. Um, a gente está aguardando autorização de Ata de SIURB e o outro já foi encaminhado para licitação. Anhanguera, todos encaminhados para licitação. Búfalos de novo: o projeto já está contratado. A gente assinou o contrato com a empresa umas duas semanas atrás. Acho que a gente já deu ordem de início; então, agora acompanhamento do projeto. Tem mais ou menos um prazo de seis meses para o desenvolvimento e já no cronograma de 2019 que eu passei, a gente já está prevendo. Quando terminar esse projeto, a gente já engatilha a contratação da obra, que também não vai ser uma obra pequena. Vai ser uma coisa complexa ali. Nascentes Ribeirão Colônia a gente já está assinando o contrato. Aristocratas foi para licitação. Licitação, licitação, licitação, licitação. Na Nebulosas, uma parte autorização de Ata. Isso a gente está esperando para assinar o contrato e o outro foi para licitação, que é o projeto de drenagem, que também ali no Nebulosas está com problema complicado. Licitação. Já está licitado, o que a gente precisa fazer; então, o contrato já está em andamento. Licitação. O linear Água Podre tem duas coisas: uma que é o cercamento e a calçada, que a primeira fase ali para a gente tomar conta da área para facilitar ali, porque eu não sei. Provavelmente a Sônia deve conhecer bem ali, que eu vi que é Morro do Querosene. Ali tem um muro, é meio complicado ali; então, a gente vai tirar aquilo. E a contratação do projeto básico para a gente contratar a obra depois. Esse eu acho que ainda não tem data marcada de licitação e o próximo, que é o Previdência, que já foi para a licitação. Então esse é o cenário.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - Então os trinta e oito estarão executados em 2019.



Tamires - Em 2019.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - Até? Mais ou menos a previsão que a gente tem?

Tamires - O quê?

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) -Essas obras é o ano inteiro?

Tamires - É o ano inteiro.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - Todos serão entregues em 2019?

Tamires - A maioria, a maioria das coisas. Algumas vão virar, por exemplo, acho que o Búfalos vai virar de 2019 para 2020, que é muito grande. Leopoldina para virar de um ano para o outro. Normalmente as implantações vão virar de um ano para outro, com exceção do próprio Nair Bello, que eu estou na dúvida se o cronograma ele era inferior a doze meses. Não, é só... fica tranquilo. É só por uma questão de cronograma mesmo.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - Sugestão, então: que a gente coloque na pauta do que vem a cada sessenta dias uma prestação de contas de quanto anda cada, cada obra dessa, cada implantação, porque a gente tem uma previsão e é importante que todos aqui tenham ciência de como está andando e que nos ajude inclusive a pressionar em alguns momentos. Essa pressão conjunta também é uma forma da gente se comprometer a executar no prazo e colocar todos os atores que, direta ou indiretamente, participam desse processo, estejam envolvidos de fato na implantação disso.

Tamires - A vantagem que a gente vai ter no próximo ano em relação a esse é que esse ano todos esses... demorou muito para a gente fazer a revisão do plano de investimento - não digo a gente, Secretaria, o Fundo. São quatro Secretarias; então, articular quatro é difícil para SEHAB. E são muitas coisas. A gente ainda tem uma parcela pequenininha do recurso. As outras Secretarias têm muito mais. Então, muita coisa aconteceu no segundo semestre. Toda elaboração de material para licitação, todas essas coisas são coisas que tardam muito. Para 2019 a gente já está começando com as coisas licitadas, com as coisas fluindo. Tem muita coisa que já está encaixada; então, ano que vem é execução mesmo, não é nem mandar para licitar nem nada. É execução. Mais alguma dúvida, gente? Ivo, Sônia, Renate?



Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - E quanto à sugestão do Conselheiro do Instituto. Só um minutinho, por favor. É que eu estava preocupado com o horário e a palestra dele, para mim, é uma das mais importantes para o Conselho e tem a ver com a questão do saneamento, do Plano de Saneamento do Município. Mas eu queria voltar à questão das denominações dos parques. Como é área pública, qualquer sugestão terá que ser acatada através de um projeto de lei, então... Não, sem problema, já que eu dei o exemplo... De novo. Com certeza será encaminhada por algum Vereador e aí não dá para a gente orientar qual é a proposta. Mas aí é uma decisão política, quer dizer, a Câmara faz o encaminhamento. O Executivo, o Prefeito acata ou não. Não dá para a gente cercear tanto esses encaminhamentos, mas acho que é uma boa dica que. Se você puder falar com algum Vereador lá "olha, vai fazer isso, tal".

Cons. Marcos Moliterno - Cotia tem um parque municipal, um só. Chama Chico Anysio. Acho que o Chico Anysio sentiu - se pudesse voltar - sentiria profundamente ofendido. Ele não sabe nem onde é Cotia. Tem tanta gente lá que batalha pelo Município, que dá exemplo, que faz coisas grandiosas e essas pessoas são relegadas a escanteio sem uma devida homenagem para um populismo tão rastaquera, tão baixo. Tem tanta gente bacana lutando pelo Município. Eu estou aqui nesse Conselho já algumas décadas, entre entra e sai. Tanta gente valorosa, com ideias, que batalha e a gente não vê o menor reconhecimento. Basta uma celebridade de televisão morrer para virar avenida. Com todo respeito ao trabalho deles, mas acho o Parque Nair Bello um acinte para a cidade de São Paulo, a denominação dele. Acho um acinte. Acho a Avenida Hebe Camargo, gente, bacana, tal, mas o que que ela contribuiu especificamente para a cidade de São Paulo para ter uma avenida em nome dela? Você estava mencionando o viaduto que cedeu. É interessante para quem é engenheiro. Eu só olhei pelas fotografias que saíram. A ferragem está íntegra, o projeto é maravilhoso. O projeto é de um engenheiro chamado Walter Braga, que passou a vida dele como funcionário público, que fez obras magníficas em São Paulo. Ele faleceu há coisa de um ano. O sujeito memorável, de uma índole excelente, trabalhou para burro por São Paulo e na hora de a gente fazer uma homenagem, vai para um apresentador de TV. Com todo o respeito à Folha de São Paulo, o jornal Folha de São Paulo, mas vocês já viram o número de homenagens ao editor da Folha Octávio Frias Filho no Estado e no Município? Hospital do Câncer, Ponte Estaiada, só os mais monumentais que eu me lembro. Não estou dizendo que eles não mereçam uma homenagem ou outra. Gente, isso... Eu acho que a gente precisa fazer



chegar aos nossos representantes na Câmara, inclusive nas Secretarias Municipais e Estaduais que esse momento já passou. A eleição que nós vivemos há coisa de um mês atrás mostrou que esse momento já passou. Eu quero reiterar que nós formamos uma barreira de resistência a esse tipo de ação populista. Eu sei que a gente não tem condição de resistir, a gente é obrigado acatar, mas a gente pode levantar uma bandeira e a bandeira tem que ser tomada nesses Conselhos que têm representação da sociedade. Eu acho que me alonguei demais, desculpa.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - Não, aliás como cada parque inclusive tem o seu Conselho, se houver alguma demanda nesse sentido tem canais democráticos para se estabelecer uma discussão dessa e o canal democrático na Câmara Municipal. Eu acho que provocar isso. Eu sei que não temos uma questão da cultura. Se for no Maranhão, por exemplo, tudo lá é Sarney, desde ponte, tudo. Nós não temos o Sarney, mas nós temos outras... Pois não, pois não.

Marcos Moliterno - Há muitos anos atrás, quando o Antônio Carlos Magalhães era o Governador do Estado da Bahia e, diga-se, foi excelente Senador e Governador da Bahia, 90% das escolas da Bahia tinham o nome dele e aí um jornalista, que foi muito perspicaz, ele falou: "você imagina um garoto que está numa escola pública. Todo dia ele começa o ditado. Põe o nome dele, escola Antônio Carlos Magalhães, não sei o quê, não sei o quê. Quando ele for votar e aparecer o nome de Antônio Carlos Magalhães ele vai pensar em algum outro? Jamais, né?"

Cons. Ivo - Ivo, Savoy. Estou de acordo com o Marcos em determinado sentido. Como Agenda 21, São Paulo há 20 anos quase e o histórico da gente que trabalha a questão ambiental, eu penso que o parque deveria ter o nome de alguém envolvido na questão ambiental, porque é simbólico isso: a história da pessoa envolvida ali. Agora, realmente essa coisa de dar nome assim aleatoriamente para agradar a alguém não tem sentido, dentro do contexto do verde, da questão ambiental. Se alguém traduziu algum benefício na questão ambiental tem o mérito, mas afora isso não justifica. Tem razão, Marcos.

Luis Eduardo Peres Damasceno - Tamires, DEPAVE, muito obrigado pela sua apresentação. Passaremos para o próximo ponto de pauta. Pois não. Por favor.

Cons. Sônia Hamburger - Eu queria aproveitar o assunto...



Luis Eduardo Peres Damasceno - Se identifique, por favor.

Cons. Sônia Hamburger - É Sônia, Centro-Oeste 2. Eu queria aproveitar o assunto que surgiu agora nessa apresentação sobre os Conselhos dos parques e os próprios parques. Eu queria trazer aqui para esse Conselho uma situação que a gente está passando lá no Parque do Jockey, porque assim como o Parque Ibirapuera, o edital de concessão do Parque do Jockey foi aberto e muito nos surpreendeu a forma que foi aberta e o próprio documento. Então, eu gostaria de trazer esse assunto aqui para o CADES, porque eu acho que ele é um assunto de importância grande para a nossa discussão de sustentabilidade que a gente vem propondo aqui. Em dois sentidos eu queria falar: uma, sobre os Conselhos, porque os Conselhos dos parques eles estão sendo desrespeitados no sentido de que eles não estão sendo consultados. Eles perderam a natureza deliberativa. A gente tem recebido... Eu tenho recebido, o CADES tem recebido documentos. A Secretaria do Verde, a Câmara tem recebido documentos dos CADES regionais, dos Conselhos dos parques pedindo para que se tome uma posição sobre isso porque o Conselho é uma proteção da sustentabilidade frente ao direito e a sustentabilidade dos parques. Isso é muito importante para a sociedade civil e também eu acredito para o Poder Executivo, então eu gostaria de retomar esse assunto de novo sobre os Conselhos, que já foi trazido aqui. Eu gostaria que fosse retomada essa discussão aqui em algum momento - como ponto de pauta - e assim como eu peço para que os Conselheiros aqui presentes se informem sobre a documentação de concessão que está sendo proposta do Parque do Jockey agora e como foi também do Parque Ibirapuera, que não considera a necessidade de ter um Plano Diretor antes da concessão. Eu acho que isso para a gente aqui que está tomando essa discussão de sustentabilidade com tanta seriedade, eu acredito, eu acho que é um ponto específico de todo o assunto que a Secretaria trata, mas que a gente deveria tomar como ponto de exemplo nessa discussão de sustentabilidade, naqueles pontos que a Renate apresentou tão bem para a gente e, nesse sentido, a concessão dos parques eu acho que pode ser um case interessante para ser estudado por nós aqui, que somos o Conselho Municipal de Meio Ambiente.

Luis Eduardo Peres Damasceno - Só um adendo, que você falou, Sônia. Eu estive desde o início na reunião do Parque do Jockey, na semana passada. Você chegou quase no final e você não teve acesso ao início. Ah, foi Cecília, perdão. Então, o que acontece também pelo horário ela não viu. O próprio Conselho não estava falando um com o



outro, estava preocupado com a sua posição de Conselheiro e o que fazer. Eu expliquei, disse como era a formação, a responsabilidade deles. Eles têm, sim, voz, eles que façam um documento, assinem como Conselheiros e encaminhem para o CADES, para o DPP. E eu fiz isso após a reunião no dia seguinte. Eu prestei contas ao Diretor Devair do que aconteceu, trouxe a pauta de reunião. Agora, tem algumas coisas que o DPP ele encaminha. Ele não tem o poder da decisão de uma data já marcada para poder trocar e como foi dito que não estava no site da Prefeitura a reunião agendada, fizeram um circo lá e estava, sim, foi dita e depois que foi mostrado que estava no site da Prefeitura, um dos Conselheiros que levantou a bandeira dizendo que a Secretaria do Verde não estava presente, que a Secretaria do Verde não era participante dos assuntos do parque, aí eu tive que levantar e falar. Isso tudo é questão de entendimento. Nós temos que levar aos Conselhos de parque que você frequenta, que todos nós frequentamos, e falar "olha, vocês têm, sim, o direito de falar, façam um documento legal e encaminhe". Ele será recebido e será encaminhado aos Secretários para que seja tomada as posições que a Secretaria possa tomar, o que é da Secretaria do Verde. Obrigado, Sônia.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - Nós estamos com um pequeno. Pode continuar.

Cons. Sônia Hamburger - Não, eu não vou continuar, não. Sônia, do Centro-Oeste 1. Eu queria agradecer o Damasceno . Na verdade, a minha proposição é de que esse processo de concessão dos parques, que eu acho que os parques é um assunto caro para a cidade, eu acho que a gente aqui como Conselho possa assumir esse case, como um case de estudo mesmo da possibilidade de fazer parcerias e de implantar na cidade de São Paulo um processo de parcerias entre empresas, entre sociedade civil, entre todos que estão interessados na sustentabilidade de forma que dê certo e que esteja dentro exatamente daquelas pilastras que a gente estava colocando. Então, a minha proposição é que o Conselho, como Conselho, possa se debruçar em cima desse processo que a cidade está vivendo, que eu acho importante.

Luis Eduardo Peres Damasceno - Perfeito. Vamos passar para o quarto ponto do expediente..

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - Eu proponho mudança de pauta. Eu estou recebendo aqui uma informação que o engenheiro Palermo, que vai fazer a



apresentação do Plano Municipal de Saneamento, vai atrasar um pouquinho em função de um problema técnico que ele teve e eu gostaria de colocar o segundo ponto da ordem do dia, que é a sugestão de assuntos gerais, ou seja, a de pauta e a próxima reunião com relação aos assuntos gerais.

Luis Eduardo Peres Damasceno - Perfeito.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - Está aberto a..

Luis Eduardo Peres Damasceno - Agora o ponto do expediente, que serão sujeitos para inclusão de pauta desta reunião, para esta reunião. Tem alguma inclusão?

Cons. Sônia Hamburger - Sônia, do Centro-Oeste 1. Posso fazer uma sugestão já que a gente tem esse tempinho? Eu realmente não estive na reunião que teve. Eu acho que tem uma audiência pública sobre o Parque do Jockey amanhã, que eu também não vou poder estar presente. Se for possível - e como você estava lá, Damasceno - se for possível fazer uma exposição sobre esse processo de concessão do Parque do Jockey. Não sei se é o caso. É só uma proposta aqui, porque a gente tem esse tempinho antes do Palermo chegar.

Luis Eduardo Peres Damasceno - Sônia, isso tem um rito determinado e eu não teria como fazê-lo aqui porque eu não estou com o material para explicar para vocês, porém se o Secretário..

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - Aliás, só para informar, está havendo uma reunião agora às 10 horas da manhã entre a Secretaria de Parcerias Públicas - SP Parcerias - e a Secretaria do Verde para afinar algumas questões pertinentes à questão do Jockey. Ainda há uma discussão ainda, mas acho que fica uma sugestão da gente aproveitar o espaço do CADES para fazer uma apresentação sobre a questão do projeto do Jockey, do mesmo jeito que foi apresentado o do Ibirapuera: colocar na pauta, acho que pode ser na próxima reunião, a gente fazer uma apresentação do projeto sobre a questão do Jockey. Acho que podíamos apresentar isso, até porque os projetos ainda estão... Acho que o mais maduro que a gente tem mesmo é o do Ibirapuera, que todos sabem não aconteceu meramente por uma, uma intervenção do Estado, que orientou o TCM e aí a Prefeitura achou por bem aguardar um momento oportuno para fazer novo encaminhamento do projeto, mas praticamente o edital está pronto com relação ao Ibirapuera e eu espero que breve nós tenhamos aí algumas providências, até porque a



gente está precisando que o projeto de concessão, que esse projeto de parcerias, concessão, tal, ele avance, que todos sabem que nós temos carência de recursos e uma das estratégias é buscar alternativas com relação a isso. A própria Secretaria tem uma necessidade de fazer andar estes projetos, lembrando sempre que, independente das concessões, nós temos hoje na condução da Secretaria um assunto que, aliás, - eu coordeno um Gabinete -, que são as parcerias com a Secretaria mediante ao novo Decreto de 2017. Para os Senhores terem uma ideia - tem uma ordem de grandeza -, nós conseguimos no ano de 2017 da ordem de quase dez a doze milhões de reais de investimentos na Secretaria nos parques. A gente percebe que isso pode ser uma alternativa de abrir a Secretaria, que, aliás, é uma dinâmica muito complicada, não é fácil. É um aprendizado tanto do lado do setor privado como do setor público. Essa estratégia de buscar parceiros é uma estratégia que a gente vem, ao longo deste ano, desenvolvendo. Tivemos sucesso. Nós já temos parques que já são implantados exclusivamente com recursos de associação que se compromete a fazer a manutenção, implantação e alguns investimentos num ano. A gente percebe que para coisas menores, para impactos menores, investimentos menores, a alternativa também das parcerias tem sido... ela tem sido exitosa a experiência. Lógico que a gente precisa... isso precisa adquirir confiança das partes, tanto do setor privado como do próprio Poder Público e as concessões, de uma forma ou de outra, nós iniciamos com um dos projetos mais audaciosos, que é do Ibirapuera, que não é tão fácil, tão simples. Ele está pronto e a gente espera logo no início do ano que a gente tenha o edital na praça e que nós tenhamos pelo menos um pontapé inicial nessa estratégia, que também vai ser um aprendizado. Acho que tudo isso faz parte de uma dinâmica que levará ao Poder Público aprender. Eu lembro que o Estado de São Paulo, por exemplo, tem as concessões dos parques estaduais. Tem uma lei, aumentaram o prazo, tal. Não conseguiram fazer dois até hoje. Campos Jordão, que é um ótimo parque estadual, com atrativos, não conseguiu fazer ainda. O grau de dificuldade de implementação e o grau de dificuldade de despertar investidores nisso não é tão simples assim, mas nós vamos nos comprometer, nós vamos avançar nessa agenda e os Conselhos, com certeza, terão que estar ao nosso lado e não.. Porque, assim, o Conselho fala "ah, não, tal" e onde está o dinheiro, a capacidade de investimento. Nós temos um orçamento que ele... nós temos hoje uma responsabilidade com quase cento e seis parques na cidade e a gente espera que a gente consiga mais. Até o Plano Diretor da cidade prevê praticamente dobrar a quantidade de parques municipais, só que o desafio é como fazer a gestão de uma



área pública. Uma praça a gente consegue fazer hoje. A Prefeitura, de uma forma ou de outra, aprendeu a fazer esta gestão da praça. Hoje as parcerias, tanto é que as praças hoje estão na responsabilidade das Subprefeituras, que aí fazem a concessão com o parceiro e faz a adoção da praça. Como é um território menor, é mais fácil, mas nós estamos falando de áreas grandes, não são áreas pequenas e aí requer um pouco de estudar alternativas para buscar uma saída nesse sentido.

Cons. Sônia Hamburger - Sônia, do Centro-Oeste 1. Eu queria só dizer que essa é a nossa preocupação exatamente, porque como as áreas são grandes e são áreas de preservação ambiental. Eu, como economista - eu sou economista de formação -, para mim é muito difícil entender que essas áreas possam ter algum interesse comercial de lucro, que é o que leva um empreendedor a fazer um empreendimento, por isso que, no meu entendimento, essa parceria ela deve vir do interesse da sociedade civil em preservar aquela área, que eu acho que é o interesse real. A gente está vendo que é um assunto que está crescendo na sociedade civil em todo mundo. Há um interesse da sociedade civil em preservar as áreas de preservação ambiental. Então, para fazer essas concessões eu acho que isso deveria ser o ponto inicial e não o interesse comercial, porque o parque não dá lucro. É impossível um parque que tenha como ponto principal a preservação ambiental, um, e o oferecimento à população, à sociedade civil como um todo a possibilidade de estar junto a esse ambiente, que é um ambiente saudável, e aproveitar dele de forma gratuita e de forma que lhe traga o importante, que é da preservação ambiental e da sustentabilidade. Como ponto pacífico essas duas questões, o parque ser lucrativo para mim... Por isso que é tão difícil, por isso que o Estado não conseguiu, no meu entendimento.

Luis Eduardo Peres Damasceno - Sônia.. Pois não.

Cons. Ivo - Ivo, Savoy, Leste 1. Para a pauta, eu gostaria de ter uma informação que tem me chamado a atenção. Nós tivemos no Corredor Líder, Corredor Líder, Itaquera Líder, corredor de ônibus que está sendo construído, a retirada de muitas árvores. Isso já há dois anos atrás, que foram retirados; estão sendo retiradas ainda na continuidade da obra. Eu gostaria de saber a contrapartida se está havendo e para onde está sendo direcionado, porque existe esse processo: retira, repõe, só que não há informação e fica a interrogação. Obrigado.

Luis Eduardo Peres Damasceno - O Senhor podia repetir, por gentileza?



Cons. Andrea Franklin - Bom dia, Andrea, SIURB. Eu trabalho na São Paulo Obras, que é a empresa responsável pela construção do Corredor. Esse Corredor tem duas empresas, foram dois lotes, dois consórcios. Tem dois TCAs. O Corredor da Líder praticamente está pronto. Faltava alguns detalhes de obra que ficou para essa gestão e o Corredor Mais, que liga Aricanduva até a Praça Francisco Daniel Lopes, vai entregar possivelmente agora no final do ano, começo do ano que vem. O que faltava era justamente a praça que liga um Corredor no outro, que é o que a gente está fazendo agora. Nós retomamos a gestão do licenciamento e o pagamento das compensações dos dois TCAs. O primeiro TCA praticamente... esse que você citou, Ivo, a compensação já foi feita. O segundo TCA, que é o que vão retirar árvores ainda, já estão retirando e vão continuar retirando, vai ter um volume grande de árvores que deve estar acontecendo. Nas próximas semanas você vai acompanhar. São quase trezentas remoções com muito esforço, porque a gente tentou a campo preservar o máximo, mas elas estão na maioria localizadas nas paradas e aí não teve como colocar o Corredor e deixar essas árvores compatibilizadas, porque tem todo um projeto que é desenvolvido agora pensando muito nessa possibilidade de preservação e, eventualmente, transplante dos espécimes que permitem. Essa compensação vai ser paga até o final da obra. A gente está acompanhando bem de perto. O Núcleo de Gestão de Meio Ambiente da São Paulo Obras faz um corpo a corpo ali com o pessoal de obras para a gente, de fato, só ir removendo as árvores à medida que a obra vai avançando, mesmo tendo já as autorizações para a gente não incorrer em erros passados de você ter autorização e já sair removendo tudo e depois a obra não acontece você fica lá com a árvore que já foi embora. Então, essa preocupação, de fato, eu vou trazendo as informações à medida que a gente vai avançando porque esse a gente está cuidando com muito carinho, você pode ficar tranquilo.

Cons. Ivo - Positivo.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - Sugestão? Se você pudesse trazer visualmente isso, acho que seria uma oportunidade para todos conhecerem, porque ele conhece. Eu não conheço, muitos aqui não conhecem, pode ser uma oportunidade.

Cons. Andrea Franklin - Eu posso no próximo mês, se vocês quiserem - não sei se a gente vai conseguir no próximo mês, mas talvez começo de janeiro a gente fazer uma apresentação de como ficou o Corredor e aí gente até coloca na pauta.



Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - Por favor.

Cons. Andrea Franklin - Até tem uma mobilidade que a gente está cuidando, que tem vários TCAs e compensações. A gente faz meio que um apanhado ali da Zona Leste.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - Muito bom.

Cons. Ivo - Olha, Secretario, excelente ideia. O seu parecer foi perfeito, porque a gente costuma dizer assim: o olhar comunitário, a construção de lideranças, olhar em planta baixa, como a engenharia determina, não em corte, mas em corte e planta baixa também para enxergar as realidades do território, por isso que é importante essa apresentação, porque cada um vai encontrar no seu território as questões que estão sendo apresentadas. Isso é muito interessante. Obrigado.

Luis Eduardo Peres Damasceno - A Senhora vai querer falar? Por gentileza.

Cons. Renate - Renate Nogueira, Sul. Voltando um pouco aqui ao assunto das parcerias, tem um aspecto que não foi comentado e que toda hora eu escuto, que é o fato das grandes empresas, principalmente, terem aquele foco no que se chama de responsabilidade social, mas na verdade inclui também a responsabilidade ambiental, e essas empresas têm verbas destinadas a essa parte ambiental e o que a gente escuta dessas empresas quando falamos de manutenção de parques é, mas eu não posso sequer divulgar a minha marca a não ser uma plaquinha de tamanho. Então, no que a gente consegue trabalhar em termos de ajudar esta frente e vir um pouco de encontro também à necessidade deles de fazer um pouco de divulgação em troca dessa manutenção dos parques.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - A sua observação é importante, até porque quando vai se fazer qualquer intervenção ou qualquer alteração nisso, existe outras instâncias na própria gestão do Município, caso de CPPU, CEPRESP, enfim, existe várias comissões que interferem e orientam nas questões de projetos. E nessas instâncias em algum momento é importante estabelecer um diálogo e o porquê está sendo feito isso, quais são as vantagens, porque normalmente o setor privado ele... Primeiro ele enxerga como um grau de dificuldade ter uma relação com o setor público. O setor público se fecha, coloca a regra e aí você... o interessado fala "bom, não vou conseguir fazer isso". E não consegue mesmo, fica por muito tempo patinando para conseguir qualquer alternativa. Esta construção do diálogo entre o setor produtivo e o Poder Público nós



precisamos aprender a fazer isso, que é o que não acontece. Eu estou dizendo isso por experiência na condução do que nós estamos fazendo na Secretaria durante um ano. Você vê em bons projetos e você vê em péssimos projetos e quando a gente pega um péssimo projeto e quer aprimorar o péssimo projeto, se a pessoa for muito bem-intencionada, e por isso que a segurança jurídica é importante para quem está fazendo o investimento, porque as pessoas que querem fazer um investimento, querem fazer a sua aplicação, eles querem ter segurança jurídica do que está sendo feito e às vezes não é dado isso ao setor privado. Esse modelo de concessão, quando ele estabelece uma regra, com prazos, isso dá muita segurança para quem quer fazer uma coisa séria. O Poder Público - e eu falo isso pelo menos dois, três anos atrás - fazia alguma coisa assim: bom, vamos fazendo. O que dá certo, o que não dá. Não há um regramento, não há uma relação construída que dê segurança jurídica para um - para o Estado - e para o setor privado. Acho que é um aprendizado e o diálogo precisa ser permanente. Esta sua observação com relação à placa, o tamanho da placa, o que faz, o que não faz, tem um regramento que está lá na CPPU, na Comissão, na CEPRESP e tal. Só que nós precisamos discutir isso e quebrar alguns paradigmas em alguns momentos e isso depende muito da vontade política do gestor público e há uma necessidade. Hoje a Prefeitura de São Paulo, sob orientação do Prefeito, é de que a gente execute isso de fato. Acha alternativa. Ele fala muito bem: se vira. Nós temos que nos virar. Não dá para a gente sentar e ficar "olha, não dá, não dá, não dá" e uma das alternativas é essa. Essa sua observação é importante, mas é bom lembrar que nós precisamos sentar e abrir o diálogo entre as partes para que ela seja pelo menos resolvida.

Cons. Renate - Mais uma pergunta. Renate, da Zona Sul. Se eu conseguir uma pessoa que consiga representar esse setor privado que tem esse interesse, é o caso trazer isso para cá para o CADES para a gente poder começar a abrir esse diálogo?

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - A Secretaria ela é executiva e ela tem obrigação de receber isso.

Cons. Renate - Ok, então é via Secretaria. Vamos tentar...

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - Esta aberta para isso.

Cons. Renate - Obrigada.



Cons. Ivo - Ivo, Savoy. A questão do RCC, gostaria de saber a Secretaria do Verde... hoje que seja dialoga com a Secretaria de Serviço, o que possa estar porque eu tenho aqui uma prova viva que é a Rute da distância que havia entre a Secretaria de Serviço, que eu fui um dos representantes dessa mesa na última Conferência do Verde, representando a Secretaria do Verde. O próprio pessoal da Secretaria é expurgado da Conferência. A Rute é prova viva disso. Hoje há o diálogo entre as Secretarias, que, de sorte, nós temos o Prefeito, que foi Secretário do Verde do Estado. Então, ele tem conhecimento da questão de perto. Gostaria de saber através dos Senhores em que passo está a questão do resíduo da cidade, que todo impacto acaba sendo ambiental. A questão da logística reversa para as empresas, em que passo anda essas questões, porque vai chegar um dia que a gente não vai ter onde por nada mais.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - Bom, Ivo, eu vou responder isso até porque eu também recebi uma missão quando eu cheguei à Secretaria, que era com relação a esse assunto que é tão caro para a Prefeitura, que é a questão dos resíduos. Nós temos hoje uma meta na cidade, que é o Recicla Sampa, que é um projeto que hoje é coordenado pela AMLURB, mas a própria AMLURB ela é operacional, ela tem outras arestas desse tema que precisam ter uma interface das Secretarias e uma delas, nossa disposição, foi construir uma relação, tanto é que nós já temos uma relação institucionalizada entre a Secretaria do Verde e a AMLURB, inclusive a nossa Coordenadora de Educação Ambiental aqui participa desse processo em que a AMLURB, todas as estratégias com relação a campanhas ou estratégia com relação ao projeto de reciclagem hoje a Secretaria tem uma participação. Nós temos a participação com relação à questão dos resíduos compostos. Hoje as dezessete unidades de compostagem que cidade está fazendo, a Secretaria do Verde tem participado desta gestão tanto na questão do licenciamento como da própria tecnologia, enfim. O desafio da Secretaria do Verde é se inserir nas agendas que tem com relação à questão da gestão da Prefeitura. Isso inclusive é um dos esforços que a gente vem desenvolvendo de participar de fato com as outras Secretarias, os outros atores da Prefeitura, para que a gente colabore com as agendas no viés da sustentabilidade. Não adianta a gente falar só na questão ambiental e não levar em consideração outros aspectos. A Secretaria tem feito um esforço. Isso que o Senhor acabou de citar com relação à questão da Secretaria de Serviços ou a Secretaria de... enfim, todas as Secretarias nós estamos fazendo um esforço. Eu estou olhando aqui o



nosso colega da Secretaria de Educação, que a gente está fazendo... em breve nós teremos uma portaria e que nós faremos uma capacitação de mil professores da rede municipal através de uma parceria entre a Secretaria do Verde e Meio Ambiente e da Secretaria de Educação exatamente para inserir a agenda do currículo de São Paulo a questão ambiental. A gente está fazendo um esforço bem intenso nesse sentido para tentar contribuir com essa agenda, até porque em qualquer tema nós vamos ter uma aresta lá de sustentabilidade.

Cons. Ivo - Aliás, é necessário. Se tem uma Secretaria que é usada, apenas usada o carimbo dela na cidade é a Secretaria do Verde. A hora que as demais Secretarias precisam de um carimbo dela, vêm pedir. Agora, na hora de consolidar uma parceria é aquela burocracia toda. Não por isso cada um quer guardar para si, que, aliás, o que falta em todas as Secretarias, infelizmente, continua a comunicação, as informações, que cada um busca lá no Diário Oficial aquilo que cabe a... só a Secretaria do Verde. Ninguém olha o restante, que é importante o apanhado do todo para poder fazer essas conexões. De qualquer maneira, muito agradecido pelas informações, porque a Secretaria merece o valor da cidade de São Paulo.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - O desafio é deixar a Secretaria do Verde ser do carimbo. Esse é desafio, porque a Secretaria do Verde ela tem hoje uma característica burocrática. E se ela tiver uma característica burocrática ela não ajuda a gestão da cidade. Nós temos, felizmente, um quadro técnico muito bom dentro da Secretaria, estamos aí em fase final de uma reforma administrativa da Secretaria, que ela irá se organizar melhor para atender as demandas, que aliás uma das coisas que aconteceu ao longo dos últimos dez anos, quinze anos, foi que a Secretaria do Verde foi assumindo responsabilidades, várias responsabilidades, desde gestão de mais de centenas de parques, licenciamento ambiental, fiscalização, várias ações que a Secretaria foi incorporando na agenda e que ela infelizmente não se preparou para isso administrativamente, ela não se organizou para atender essa demanda. E por uma orientação também do Prefeito foi de que a Secretaria se organizasse dentro da lógica do SISNAMA hoje, que o SISNAMA é um sistema de gestão ambiental muito bem estruturado. No Estado nós temos um sistema estadual também muito bem estruturado e o desafio é fazer um sistema com a mesma correlação a nível municipal. Nós já estamos aí... em breve teremos aí uma nova reorganização da Secretaria para atender essas demandas de uma forma mais racional, utilizando melhor os recursos que nós temos. Isso



eu acho que é uma boa notícia que nós teremos em breve e o nosso desafio é a Secretaria se adaptar a essa nova postura aí de atender a essas demandas.

Luis Eduardo Peres Damasceno - Sônia, só respondendo aqui ainda o Parque do Jockey, na reunião que você propôs que fosse mostrar todos os projetos em andamento, eu achei sensacional o seu pedido. Concluindo aqui para você: eu estive no lançamento do Parque do Jockey, 14 de dezembro 2014. Eu ouvi todas as solicitações da população em volta e estive nessa reunião aonde o Luiz, da Secretaria de Desestatização e Parcerias, fez uma explanação não total, porque não tinha horário para isso, mas que ficou perfeito. Ele tirou todas as dúvidas, foram levantados problemas com você falou aqui. Ah, esqueceram que lá tem que ter em volta, tem que ouvir a população. Pelo contrário, essa reunião está tendo hoje, que o Secretário acabou de informar, ela está inclusive com solicitações feitas no dia, na semana passada da reunião. Foram ouvidos a primeira carta feita antes de ser criado o Conselho pela população. Está tudo dentro do escopo, tanto é que se você for olhar foi mexido duas vezes e a apresentação foi feita na semana passada já constava alguns pedidos da população. Aquilo que a gente mostra e fala para os Senhores Conselheiros, Conselheiros aqui que nos cobram, também tem que ser passado para a ponta para ajudar, porque, assim, quando for participar de uma reunião, a gente não perde muito tempo lá com perguntas de coisas que já foram discutidas. Inclusive até às vezes aprovadas aqui, sugeridas aqui. O Parque do Jockey foi isso. Só terminando esse ponto, tem mais alguma sugestão de pauta para a próxima reunião? Edilson, por gentileza.

Cons. Edilson - Muito obrigado. Meu nome é Edilson, sou do PNBE - Pensamento Nacional das Bases Empresariais, junto com o Conselheiro Jorge Dória, que apresentamos a atividade do setor industrial. Eu gostaria de apresentar uma sugestão com relação ao patrocínio aos parques. Nós vimos na apresentação feita no início claramente que existe um potencial muito grande para fazermos melhor na administração dos parques através de termos mais verba para a manutenção dos parques, para o gasto feito para as correções e os progressos necessários, ou seja, existe mais oportunidade do que nós temos recurso. Também entendo que buscar recurso na iniciativa privada seja alguma forma de conseguirmos isso, com potencial grande, mas entendo também as dificuldades colocadas aqui tanto no sentido de termos uma legislação, uma burocracia e um processo que permita as duas partes chegar a um acordo aonde o interesse de ambas seja atendido a ponto de podermos gerar esses recursos. Concordo muito com a



Sônia de que a manutenção de um parque, o investimento para uma empresa privada e manutenção de um parque não traz um atrativo comercial, um atrativo de marketing para a empresa a ponto de justificar um grande investimento. A minha ideia, Senhor Secretário, é a seguinte: quando a gente não consegue fazer algo de maneira ampla e grande, como gostaríamos, porque que nós não podemos fazê-lo de maneira menor e atividades menores, programas menores, que tragam o recurso, que somados, trouxesse esse benefício. E o que eu estou pensando nisso - e pela experiência passada que eu tenho de relacionamento com Prefeituras na área de investimentos - seria eventos. Por que que nós não podemos incrementar a quantidade, o número de eventos, que sejam eventos de interesse público, que sejam eventos de interesse dos parques, que usem os recursos maravilhosos grandes que nós temos, do grande número de parques que a cidade de São Paulo tem oportunidade de ter, que são atrativos, e que tenham interesse comercial no evento em si, que permita a empresa promover a sua marca, o seu nome, ao mesmo tempo promover o evento e deixar um recurso financeiro para cada um dos parques. A gente vê que existe a oportunidade disso, seriam contratos muito mais simples, seriam contratos feitos para um evento. Então, a preocupação com a segurança jurídica é menor, a burocracia deve ser menor. Ou talvez a gente possa desenvolver um processo através do Conselho do CADES, através da Secretaria do Verde e Meio Ambiente, desenvolver um processo que permita de maneira mais fácil incentivar, fazer com que esses eventos ocorressem, administrá-los e ter o recurso financeiro. Pensei até, Senhor Secretário, que talvez a gente pudesse - se eu falar alguma aberração aqui, me desculpe -, talvez a gente pudesse delegar um pouco mais para os administradores dos parques, para cada administrador do parque o direito, a possibilidade, dar a ele autoridade para fazer esses acordos ou para levar adiante esses acordos de tal forma a conseguir, de maneira ágil, atrair empresas que façam esses eventos, que façam com que eles ocorram com a administração e os recursos do parque e a gente consiga, com isso, na somatória, um resultado financeiro positivo.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - Só para informá-lo que isso já existe.

Cons. Edilson - Mais fácil ainda, então.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - O problema é que às vezes o que vem são propostas indecorosas e aí como Poder público - proposta indecorosa no bom sentido, quer dizer, aquilo que não poderia ser feito numa área pública -; tem alguns



regramentos, que, aliás, a própria Secretaria está buscando rever algumas coisas, o que eu concordo com o Senhor. Às vezes, a própria Secretaria ela cria regras que dificultam o desenvolvimento. Eu vou citar alguns parques. Eu já fui em parques pessoalmente perguntar por que que não pode fazer isso? Ah, porque alguém disse que não podia fazer. Quando você delega muito para a ponta, acontece isso. Quando a gente tem propostas, ela pode ser... se tiver uma proposta boa, que ela chegue para a Secretaria. Às vezes, a ponta diz não e por uma mera tradição do local. Tem parque que proíbe jogar bola, por exemplo, tem parque proíbe andar de bicicleta, tem parque andar de skate e aí eu pergunto "mas por que, aonde é que está isso?" Não, porque, assim, assim assado. Tem alguma coisa aqui no regramento que foi estabelecido no passado - e isso nós vamos, com certeza, com o tempo ir corrigindo, e uma delas é a questão de colocar um plano de gestão dos parques dentro de uma linha de um Plano Diretor, mas até para proporcionar outras, para que este aparelho público cumpra um papel diferente do que ele cumpre hoje. Às vezes o que a gente observa são os parques fechados e aí as pessoas falam assim "ah, não posso nem entrar lá, nem perguntar se pode, porque alguém vai dizer não". Eu lhe digo que alguns eventos acontecem e eu diria que um parque, por exemplo, do Ibirapuera é um parque que tem demanda todo dia, de eventos, de grandes ações, de grandes investimentos. Aí eu sempre pergunto: por que que no Carmo não vai, por que que não vão no Carmo? A população de lá é muito maior do que a população que está em volta do Ibirapuera, a área do Carmo é o mesmo tamanho do Parque do Ibirapuera, os aparelhos públicos que o Município fez de investimento estão lá também: tem planetário, tem isso, tem aquilo. Por que que ninguém vai no Parque do Carmo? Por que que um milhão e meio de pessoas vão para o Ibirapuera e cem mil vão no Carmo? Porque às vezes o próprio Poder Público não está estimulando que a gente faça isso, a gente utilize esse aparelho público promovendo eventos, enfim, estimulando esta prática ou esta utilização deste aparelho público, que é um aparelho público de primeira linha. Aliás, no aspecto ambiental ele é mais valoroso do que o Ibirapuera, porque nós temos lá as nascentes que precisam ser preservadas e muito pouca gente conhece o Parque do Carmo. Eu diria ao Senhor o seguinte: que venha o diálogo. A gente precisa quebrar isso abrir, abrir o diálogo e a sua observação é muito bem-vinda e nos ajude, se for o caso. O Senhor tem total liberdade para apresentar propostas neste sentido e leve para a Secretaria para que a gente tente concretizar alguma coisa.



Cons. Edilson - Posso? Muito obrigado. Nós estamos firmando uma parceria e eu acho isso importante. Eu tenho certeza que a iniciativa privada pode ajudar a levar pessoas para o Parque do Carmo se tiver um evento aonde ela promova os seus produtos. Ela vai promover a ida de pessoas ao Parque do Carmo. É uma área em que a iniciativa privada e a atividade pública pode trabalhar juntos e conseguir trazer o melhor proveito. Rapidamente, deixa eu compartilhar com os Senhores uma experiência que eu tive no passado. Eu trabalhava com tintas e fiz um acordo com algumas Prefeituras, que funcionou muito bem e que está até hoje marcante, que foi de recuperação dos centros históricos de algumas cidades. Tinha os seus centros históricos, tinha um valor histórico, um valor cultural, um valor intelectual muito grande e não eram recuperados por falta de recursos. Eu trabalhava com tinta, com uma empresa de tintas e fiz acordo com várias capitais, várias cidades importantes para recuperar o centro histórico. A Prefeitura promovia a recuperação do setor, a parte urbanística - calçada, iluminação etc - os proprietários dos imóveis faziam a recuperação da superfície, da preparação de superfície, o setor de tintas, a empresa de tintas interessada em ter um retorno dava a tinta para fazer isso e a Prefeitura promovia, ainda com alguns casos, com uma isenção de IPTU para os donos dos imóveis por um período. Fizemos isso no bairro do Recife, no Recife, o bairro antigo do Recife antigo, chama bairro do Recife aquele bairro central do Recife, fizemos na cidade de Curitiba, fizemos na cidade de Fortaleza, na área do Forte, fizemos na cidade de Santos, com os respectivos Prefeitos nessa ocasião. Funcionou perfeitamente bem essa combinação. Eu sei que em todos os casos tinha a necessidade de legislação, tinha uma dificuldade para se conseguir a parte burocrática para funcionar, mas é possível funcionar. Essa experiência me deixa perfeitamente confortável para vir fazer uma sugestão desse tipo. O que eu puder fazer, o que a gente puder fazer no sentido de promover isso junto à iniciativa privada, estamos às ordens. Obrigado, Secretário.

Cons. Ivo - Ivo, Leste 1. Eu acredito que o regramento é extremamente importante na questão de evento, porque nós tivemos uma experiência no Parque do Carmo há muitos anos: um show da Xuxa. Sabe o que aconteceu? Acabou com o parque. Milhares de pessoas. A devastação foi imensa. Depois para recuperar aquilo que foi, a questão do regramento é importante por isso, porque a publicidade foi imensa, ninguém ganhou dinheiro com publicidade feita em torno da Xuxa, o parque ganhou o desdobramento do nome, Parque do Carmo, que é um dos melhores parques que nós temos aqui em



São Paulo, porém essa questão da preservação do parque também é extremamente importante. Quando se fala "por que que não se coloca uma quadra no parque"? Porque todo edifício hoje tem quadra. Antigamente a pessoa alugava, hoje não. Todo prédio tem uma quadra. As coisas mudaram, porém eu acho muito lindo - até fiz o comentário outro dia com o Márcio Atalla, que eu estou como embaixador do coração a nível de saúde, um trabalho que a gente está fazendo junto com o Márcio Atalla. Nós demos o pontapé lá no Parque do Carmo. Foi feita caminhada, foi feito movimento, que a gente chama, para manter o coração acordado. Nós vimos o quê? Famílias, ninguém fumando, ninguém com celular na mão, família jogando bola, quer dizer, a família, o que é necessário. Isso a Globo não mostra. Desculpe a sinceridade. A crítica é pronta. Agora - comentei com ele -, a crítica é pronta. Está vendo aqui essas famílias envolvidas numa ação num domingo? Que ali é assim: rotativo. Uma parte vem de manhã, outra à tarde e a beleza daquilo ninguém percebe, porque as pessoas estão dialogando com os filhos, o vínculo está sendo consolidado. Esse é o papel do parque, eu acredito: trazer a família para que possa ela sedimentar os vínculos. Meu parecer está dentro do regramento aí, que é extremamente importante. Obrigado.

Cons. Andrea Franklin - Andrea, SIURB. Acho que hoje é o dia da Zona Leste um pouco. A gente está - que bom - falando bastante da Zona Leste, que tem muita carência, no meu entendimento, de pertencimento dos espaços, porque o Parque do Carmo é uma das riquezas que a gente tem, está ao lado da APA, que é uma área de preservação extremamente importante num extremo da Zona Leste que tem uma desigualdade social absurda e um problema de ocupação indevida também. É um alento a gente ver que isso está na nossa pauta e acende uma luz amarela também para a gente tentar promover atividades e promover melhorias, principalmente do ponto de vista da contenção das ocupações ali na franja da APA, que a gente sabe que acontece há décadas e aí talvez seja uma das possíveis respostas que o Secretário fez: por que que a população não vai até o Parque do Carmo na mesma proporção que Ibirapuera. O Ibirapuera está no coração de São Paulo, numa das áreas mais ricas. O Parque do Carmo está no extremo da Leste, numa das áreas mais pobres. Embora tenha essa preservação, tem uma dificuldade enorme de você garantir que um show da Xuxa, por exemplo - ainda bem que não tem mais show da Xuxa, mas enfim - que seja qualquer um outro que chame população, que a gente consiga dar um show de qualidade, um show que atinja todas as classes e as esferas, mas que a gente consiga ter a segurança



também que um show no Ibirapuera teria. Por que que as pessoas vão até lá, utilizam e depois saem, uma parte dessa população, de repente, prejudicando um equipamento público. Porque talvez a gente não tenha conseguido, no momento do show, ter uma segurança adequada para aquele volume de pessoas. Eu acho que isso não pode assustar de que a gente tenha eventos. Acho que tem que ter eventos, tem que chamar a população para usar e para ter esse pertencimento, porque só assim elas vão de vez em quando no Ibirapuera, mas mais vezes no Parque do Carmo. Acho que nesse sentido também a mobilidade que de alguma maneira está chegando vai ajudar a levar as pessoas até lá. Vai ter um corredor de ônibus com muito mais velocidade, próximo do Parque, que vai talvez ajudar numa das carências que tem. Aquela área tem muitas carências, essa é só mais uma delas, né? Aí nesse sentido também o trabalho que a SIURB e a São Paulo Obras agora faz com as compensações nessa gestão, a gente está tentando um esforço de colocar as nossas compensações ambientais, os passivos que têm naquela região e que virão concentradas nesse equipamento. Acho que a gente consegue juntar mais recursos e talvez fazer alguma parte daquele parque ou da própria APA, que tem problemas diversos, a gente tentar canalizar as atividades para usar bem o recurso e fazer com que seja um dos degraus aí de possível maior utilização do parque naquela região.

Cons. Ivo - Por isso a minha fala, porque o vínculo maior que existe no Parque do Carmo é o vínculo familiar. Aquilo que se a pessoa tem um olhar crítico em relação ao celular, à família, você vai perceber que ali o povo dialoga um com o outro. Isso é muito interessante. Eu acho que a mídia devia direcionar o olhar para essa questão: a utilização de parque pela família de maneira coerente, porque Ibirapuera é um modelo diferenciado. Ali a pessoa vai para dizer "estive no meio da classe média alta". É projeto de imagem. Já o projeto de lazer é lá: Parque do Carmo, porque não acontece furto. Tem pouco policiamento, mas o que tem resolve as questões. É um local que as famílias se entrelaçam e oferece segurança, acho. Obrigado.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - Obrigado. Acho que nós esgotamos aqui, então, o segundo ponto da ordem do dia, que nós invertemos. A gente propôs a inclusão da apresentação do plano de concessão com relação ao parque do Jardim do Jockey. Ficamos aqui com a proposta da apresentação do projeto do corredor. Temos aqui pelo menos alguns indícios aí para a gente incluir na próxima pauta. Queria chamar aqui o professor Palermo, que é o nosso Secretário - não sei se você vai falar lá ou depois



vai falar aqui. Tem, tem microfone. O professor Palermo é o nosso Secretário Executivo. Vocês sabem que a Prefeitura de São Paulo tem um contrato com a SABESP e aí o Prefeito criou um grupo que faz o acompanhamento deste contato. Eu estou tentando ser o mais claro possível para explicar aos Senhores que nós temos um contrato. A Prefeitura de São Paulo com a SABESP e este contrato nós temos um grupo intersecretarial que acompanha os investimentos da SABESP, o que a SABESP está fazendo na cidade de São Paulo, quais são os planos. O professor Palermo é o nosso Secretário Executivo desse Comitê e nessa ocasião - inclusive foi uma sugestão que nós fizemos, acho, que na última reunião - de chamarmos o professor Palermo para fazer a apresentação do Plano Municipal de Saneamento que abrange toda uma questão do território da cidade de São Paulo, porque às vezes a gente fica falando no varejo e não conhece o atacado do que está sendo planejado para a cidade de São Paulo e nós temos então um Plano Municipal de Saneamento e aí nós convidamos o professor Palermo, que nós tivemos hoje aqui um pequeno imprevisto. Mas nós demos um nó, viu, Palermo? Ganhamos tempo e tal, porque a sua apresentação é muito bem-vinda e com certeza será esclarecedora para os membros aqui do CADES. A palavra é sua. Muito obrigado.

Engenheiro Marco Antônio Palermo - Bom dia, Senhores Conselheiros, Secretário. Desculpe o inconveniente. É que houve uma perda da apresentação. Nós tivemos que reconstituir alguns elementos, não vai haver perda de conteúdo, apenas a perda do tempo aí que os Senhores tiveram. Obrigado pelo convite. A nossa apresentação de hoje ela destaca os principais pontos de um trabalho que nós estamos desenvolvendo atualmente, que é a revisão do Plano Municipal de Saneamento. Como destacou o Secretário, o Plano Municipal de Saneamento é uma obrigação do poder concedente de desenvolver ao longo das suas gestões e apenas para lembrar: São Paulo, como poder concedente do saneamento, ele mantém um convênio com o Governo do Estado de São Paulo, a Agência Reguladora do Estado de São Paulo e a sua prestadora de serviço, que é a SABESP. Esse é o único caso no país em que a gestão do saneamento é compartilhada, ou seja, todas as ações são compartilhadas, tendo em vista a dimensão da metrópole e as características também da cidade de São Paulo. A gestão do saneamento é compartilhada entre o Estado e Município com interveniência e regulação do poder regulador, que é da Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo, a ARSESP. Tudo isso começou em 2010, com a assinatura deste



convênio entre a Prefeitura, o Governo do Estado e a Agência Reguladora e a SABESP, como prestadora de serviço contratada, e logo no mesmo dia, a assinatura do contrato de prestação de serviços entre a Prefeitura de São Paulo e a SABESP. A SABESP é a empresa contratada pelo Município e esse contrato prevê as ações de abastecimento, coleta e tratamento de esgotos no Município. Quando foi assinado convênio, nós estabelecemos também as diretrizes e foi apresentado também um Plano Municipal de Saneamento Básico, em 2010, que lastreou as bases contratuais, ou seja, principalmente o Plano de Metas e Investimentos do contrato. Uma das premissas do contrato fundamentais é que esse plano deve ser atualizado e nesta gestão nós iniciamos e vamos concluir - este é o objetivo da apresentação - a atualização do Plano Municipal de Saneamento. Essa atualização ela é muito importante porque após assinatura do contrato nós tivemos vários instrumentos e várias reformulações que foram surgindo por conta da evolução natural da Administração. Nós tivemos a edição e a promulgação do Plano Diretor Estratégico. Isso já condicionou muito a primeira revisão quadrienal do contrato. Nós fizemos a primeira revisão quadrienal do contrato no final de 2015, após aquele quadro de crise hídrica e tudo mais e começamos a fazer a revisão. É um contrato bastante complexo, imenso, e nós concluímos a revisão no final da gestão passada e ele entrou em efetividade em 1º de janeiro de 2017. Nós fizemos essa revisão considerando vários parâmetros inovadores da lei e tudo mais e, nessa revisão, nós envolvemos, da parte do Governo do Estado, não só, vamos dizer, a SABESP e a Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos, mas também outras instituições governamentais e departamentos estaduais, Departamento de Água e Energia Elétrica, a área habitacional do Estado, que existe muita vinculação, e da Prefeitura municipal, as várias Secretarias vinculadas à questão do manejo de águas pluviais, do abastecimento de água, destacando a então Secretaria de Serviços e Obras, a SIURB, hoje a Secretaria de Habitação, Secretaria do Verde e Meio Ambiente. Sem dúvida, a Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento e tudo mais. Também as autoridades: a Autoridade Municipal de Limpeza Urbana e as empresas públicas municipais. Eu gostaria de destacar apenas alguns detalhes do convênio e do contrato para que fique bem claro. A nossa prestadora de serviço tem algumas obrigações importantíssimas vinculadas ao contrato. Do ponto de vista de investimento, a obrigação de investir nos serviços no mínimo o equivalente a 13% da receita bruta na capital. Esta obrigação é, na realidade, o cerne da auditoria contratual que nós fazemos junto com o agente regulador todos os anos, ou seja, a prestadora, a SABESP, tem a obrigação de investir no Município no mínimo 13% do



que ela recebe, do que ela tem como receita, descontado PIS e COFINS. E além de tudo, a prestadora tem a obrigação de destinar trimestralmente 7,5% da sua receita bruta obtida na capital para o Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e essa destinação trimestral é aplicada pelo Município mediante critérios e condições e em empreendimentos decididos pelo próprio Fundo de maneira autônoma. Existe um outro Conselho, uma outra política, uma outra administração nesse sentido.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - É o FMSAI, não é isso?

Engenheiro Marco Antônio Palermo - É o FMSAI. O FMSAI ele é um Fundo que aplica esses recursos. O nosso Comitê Gestor, do qual o Secretário participa, ele regula o contrato. Na realidade, são dois Comitês que gerenciam e administram esses recursos que provêm do saneamento. O Comitê Gestor, ele administra e regula e fiscaliza, acompanha, vamos dizer, os 13 % mínimos, quer dizer, o correspondente aos investimentos e àquilo que está estabelecido no Plano de Metas e Investimentos do contrato. O contrato ele tem um Plano de Metas e de Investimentos a ser seguido ano a ano. Ele vai até 2039, e a cada quatro anos ele é revisto. Entretanto, todos os anos nós fazemos o acompanhamento e temos que aprovar e analisar e questionar e efetivamente discutir as contas apresentadas pela prestadora. Não só as contas, mas principalmente aquilo que ela desenvolveu dentro do seu Programa de Metas. É um trabalho que nós desenvolvemos anualmente. O Comitê Gestor ele é composto por um Presidente e, nessa gestão compartilhada, o Presidente e o Secretário Executivo se alternam de dois em dois anos. Num primeiro período, é o Governo do Estado que assume a Presidência e a Secretaria Executiva. No período subsequente, a Prefeitura de São Paulo que assume esse papel de Presidência e Secretaria Executiva. Nós estamos agora no biênio que corresponde à Presidência, à Secretaria Executiva da Prefeitura de São Paulo, que como se conclui - que começou a exercer em 2017/18 - vai se concluir agora em abril de 2019. Depois volta para o Estado. Este é o único caso de gestão compartilhada que nós temos no Brasil. Mediante esse convênio, nós estabelecemos dessa maneira. Todas as metas, planos de investimento é tudo acompanhado. É apenas a gestão efetivamente e a Presidência e a Secretaria Executiva que ficam de um lado e de outro a cada dois anos nessa parceria, nessa composição. O Plano de Metas e Investimentos prevê uma série de obrigações no que diz respeito à coleta, abastecimento público, coleta e tratamento de esgotos, que vão até 2039 e com metas específicas ano a ano. E esta sequência anual é que é apreciada pelos Conselheiros do Comitê Gestor e pelo Secretário Executivo e pelas



equipes. Além disso, com a instituição, vários aperfeiçoamentos foram feitos no Comitê Gestor nessa nossa gestão, principalmente no que diz respeito ao apoio técnico que se dá ao Comitê Gestor. Originalmente, existia apenas o Comitê Gestor, que é composto por três Conselheiros do Município, que são normalmente três Secretários municipais e três Secretários do Governo do Estado e a SABESP como ouvinte (ela não tem direito a voto), como prestadora de serviço, e agência reguladora também ela não vota, ela simplesmente apoia. Entretanto, havia sempre uma dificuldade técnica, porque o Comitê Gestor se reúne a cada dois meses, mas as questões são muito profundas, muito detalhadas. Esse, que eu saiba, é o maior contrato de prestação de serviço de saneamento que existe no Ocidente. Não conheço nenhum contrato. Só para os Senhores terem uma ideia, o valor do contrato é de quarenta bilhões de reais. Não conheço um contrato dessa dimensão nem no Município e nem no contrato de saneamento no Ocidente. Talvez exista outro lugar fora aqui do nosso âmbito de conhecimento, mas eu desconheço, até pela própria dimensão da cidade. Nós criamos Comissões Temáticas para abordar exatamente os temas centrais vinculados ao contrato. A primeira delas foi a Comissão Temática do Programa de Investimentos. Essa comissão ela trata exatamente do acompanhamento das metas de investimento do contrato. A segunda, elas são Comissões Temáticas que podem ser permanentes ou transitórias. A segunda que é transitória é essa: a Comissão Temática da Revisão do Plano Municipal de Saneamento, que se encerra neste ano com a conclusão do trabalho. Temos também a Comissão Temática que eu acho que é a mais, vamos dizer, a mais popular do Comitê Gestor do Programa Córrego Limpo. O Programa Córrego Limpo ele não era uma obrigação contratual da prestadora, ele era vinculado a um convênio e na revisão quadrienal do contrato nós resolvemos introduzi-la como obrigação contratual. O Programa Córrego Limpo é o único que trata da despoluição dos cursos d'água. A coleta e o tratamento de esgoto não significa exatamente despoluição, significa saneamento, ou seja, coleta e tratamento de esgotos e também o abastecimento público como obrigação contratual, mas isso não implica em nenhuma melhoria obrigatória da qualidade das águas dos rios. O Programa Córrego Limpo, por sua vez, já está vinculado a um programa de despoluição completa, então nós já conseguimos... Isso começou em 2010 com o convênio, mas o convênio expirou e na gestão anterior não houve nenhuma intervenção e aí, na revisão quadrienal, nós incorporamos ele como um objetivo do contrato. O Programa Córrego Limpo passou a ser uma conquista também no Município porque passou a ser um programa permanente e que persiste



enquanto persistir o contrato. Então, essa é uma outra obrigação que foi introduzida na legislação e, digamos, no nosso contrato. Essa Comissão Temática se reúne, as comissões se reúnem... praticamente toda semana tem a reunião de uma comissão ou outra. No caso do Programa Córrego Limpo já temos cento e cinquenta e um córregos despoluídos desde o início de 2010 até agora. Nós estamos agora numa fase de despoluição de córregos de maior porte, tipo Riacho do Ipiranga. Entregamos o Córrego Uberaba o ano passado. Temos partes do Aricanduva, vários outros e agora nós estamos numa etapa de maior dimensão do Programa Córrego Limpo. A outra Comissão Temática importante é a de ligações factíveis. Ligações factíveis são aquelas ligações de esgoto que não são realizadas, não estão efetivados, a despeito da passagem da rede coletora de esgotos, digamos, na via pública, ou seja, são mais de sessenta mil ligações que ainda não foram realizadas pelos clientes da prestadora por várias razões: ou por impedimentos técnicos ou por falta de conhecimento. Essas sessenta e poucas mil ligações são agora objeto também de uma Comissão Temática que está empenhada em viabilizá-las, porque além de ser uma irregularidade... No momento que existe a rede coletora de esgotos, o município é obrigado a se conectar a ela. Se não fizer isso, digamos, pode ser considerado um crime ambiental. Lançar esgotos na rede pluvial é um crime ambiental. Essa é uma obrigação e a prestadora de serviço e a Prefeitura estão empenhados nessa regularização. Parece pouco, mas sessenta mil ligações é muita coisa na cidade inteira. E também temos a Comissão Temática que trata de questões regulatórias vinculadas ao Programa PURA. Essa é uma das principais novidades também, porque o Programa de Uso Racional da Água nos próprios municipais representa uma economia significativa para a cidade. Essa Comissão Temática é a mais recente que foi instituída e ela visa a cumprir outra obrigação contratual que eu não mencionei aqui, que é um direito conquistado pelo Município. Nós temos de ter o benefício da aplicação da tarifa diferenciada do Programa de Uso Racional da Água em todos os próprios ou todos os imóveis ou que passam pelo Município, que chegam a três mil e duzentos. Isso significa o quê? Que, uma vez introduzidas as boas práticas de gestão da água, de baixo consumo, e práticas educacionais, nós conseguimos em primeiro lugar reduzir em cerca de 30% o consumo de água. E em função disso, além da redução de 30% do consumo da água, nós conquistamos o benefício de 25% de desconto na tarifa pública. Só para os Senhores terem uma ideia, isso representa uma economia anual para o Município de mais de cinquenta milhões de reais por conta dessa introdução e essa Comissão Temática do Programa do Uso Racional da Água, que



está também muito ativa, porque nós estamos agora num processo de retomada principalmente na área da educação, que é o nosso maior consumidor de água. Passando aqui para a revisão do diagnóstico do Plano Municipal de Saneamento, esta é uma apresentação bastante singela, porque eu dou apenas as premissas da revisão e aqui nós visamos o seguinte: atualizar o plano, porque o plano está, digamos, ele estará sempre vinculado à revisão quadrienal. A próxima revisão quadrienal será em 2020. Como houve um descompasso entre a revisão do plano e a revisão quadrienal por conta da crise hídrica, nós fizemos o quê? Nós fizemos uma revisão, uma atualização, estamos fazendo uma atualização do plano para que ele possa ser totalmente atualizado já com novas bases, porque o Plano Municipal de Saneamento ele está atrelado totalmente à revisão quadrienal, porque com a revisão quadrienal nós fazemos também a revisão e o ajuste do Plano de Metas e Investimentos. O ideal é que as duas coisas coincidam, ou seja, quando se define o novo Plano de Metas e Investimentos, a revisão quadrienal esteja compatível com ela. O que nós estamos fazendo aqui é uma atualização e nessa fase aqui de diagnóstico, nós procuramos fazer uma apresentação de conteúdo de uma forma muito mais, vamos dizer, muito mais objetiva, com o uso de muitos infográficos, informações de uma forma bastante clara, didática, para que haja uma compatibilidade inclusive com os instrumentos que nós temos, como o PDE, e estruturar as informações de uma forma a fazer análises e propostas mais integradas entre os diferentes setores de saneamento. Essa é a visão do nosso plano, da apresentação do ponto de vista de layout. O seu conteúdo prevê, então, o diagnóstico com a Política Municipal de Saneamento. Na Política Municipal de Saneamento nós destacamos as interfaces entre as instituições que trabalham no saneamento com a estrutura institucional existente, como já destaquei, tanto no Governo do Estado como da Prefeitura e aqui nós temos no diagnóstico uma resultante que é bastante importante, que é o fato de nós não termos no Município uma instância que trate da gestão do saneamento, a não ser o Comitê Gestor de serviço de água e esgoto, mas nós não temos competência instituída no Município, em nenhuma das Secretarias, para tratar do assunto. Ou seja, é indispensável que haja essa instância para que nós possamos exercer com o devido protagonismo, com a devida qualificação, a gestão do saneamento. Nós não temos isso. Nós estamos fazendo isso de uma maneira, vamos dizer, tecnicamente adequada, mas por conta de estarmos na gestão desse momento nesses dois anos, mas é indispensável que seja instituída a competência no Município e que seja instituída, vamos dizer, uma Autoridade Hídrica Municipal. Essa é uma das principais resultantes do



diagnóstico que nós já efetuamos. Em seguida nós passamos, dentro do diagnóstico nas demandas tanto para o abastecimento, esgotamento sanitário, manejo de águas e gestão de resíduos sólidos. São os componentes da Política Municipal de Saneamento que estão na legislação, que estão no nosso Plano Diretor Estratégico. No que diz respeito a todos esses itens: abastecimento, esgotamento sanitário, manejo de águas pluviais e gestão de resíduos sólidos, nós analisamos as demandas no Município, os serviços e estruturas existentes com a descrição dos sistemas e apresentação de escalas, de valores de atendimento, a performance dos serviços e os principais indicadores de performance que foram observados e os principais problemas enfrentados. Para os Senhores terem uma ideia, quando nós falamos em abastecimento de água no Município, nós temos, entre ligações residenciais, comerciais, industriais, públicas e mistas mais de três milhões de ligações na cidade. Vejam, mais de três milhões de ligações. Isso é muita coisa. Em termos de manejo de águas pluviais, vejam, o abastecimento de água e esgotamento sanitário nós temos um contrato de prestação de serviço. A prestadora de serviços nossa é a SABESP. Agora, manejo de águas pluviais é um fator intrínseco, é um componente intrínseco do saneamento básico, mas, entretanto, ele não está no escopo do nosso contrato. O manejo de águas pluviais é feito por duas instituições que interagem com o Município: o órgão gestor estadual, que é o Departamento de Águas e Energia Elétrica para os rios. Só temos rios estaduais. Não existem rios municipais mais, então nós temos uma interface com o Departamento de Águas e Energia Elétrica, que não é nosso contratado nem nosso parceiro nem nosso conveniente. Ele não está no contrato, não faz parte. Ele é um parceiro institucional, mas ele tem uma política e um plano de macrodrenagem que considera, evidentemente, o plano de manejo de águas pluviais de São Paulo, mas ele é autônomo. E a drenagem urbana, a micro-drenagem, vamos dizer, a drenagem dos rios que estão no território municipal, mas que não são rios municipais, são rios estaduais também, compete à Secretaria de Infraestrutura Urbana. Entretanto, as intervenções são múltiplas, porque há também outras Secretarias e outras instituições que interferem nas obras e nos serviços de manejo de águas pluviais. Aqui nós temos uma desconexão importante que precisa ser resolvida e Autoridade Hídrica Municipal visa exatamente a administrar essa questão. Veja, o manejo de águas pluviais, abastecimento de água e esgotamento sanitário eles são amparados num instrumento que é tarifa de prestação de serviço. É uma prestação de serviço; então, nós temos receita para isso. Manejo de águas pluviais, na forma como está, depende única e exclusivamente do Tesouro Municipal ou do Tesouro Estadual, ou



seja, não estão vinculados a nenhuma prestação de serviços e não dispõem de, vamos dizer, receita própria fixa ou vinculada a um programa de investimentos. Isso desbalanceia demais as questões e causa exatamente um dos principais problemas que nós enfrentamos no saneamento, que é: primeiro, o controle das inundações, em segundo, as ligações cruzadas, a contaminação da drenagem pelo esgoto sanitário. Esse é um dos principais efeitos. Gestão de resíduos sólidos está na mão da Autoridade Municipal de Limpeza Urbana. Ela está vinculada a uma taxa, a uma prestação de serviço; então, é mais organizada. Nesse contexto, vejam que nós temos uma fragilidade muito grande ainda no que diz respeito ao manejo de águas pluviais, principalmente, que é um componente que está muito atrasado em relação aos demais e mesmo dentro da prestação de serviços, vocês também vão observar que - o nosso diagnóstico conclui bem com relação a isso, demonstra muito isso - o fato de que os investimentos realizados pela prestadora eles focaram muito mais nos últimos, desde a assinatura do contrato, principalmente em função da crise hídrica, a sua atuação na universalização do abastecimento e, com isso, a universalização da coleta e tratamento de esgotos ficou muito defasada. Para vocês terem uma ideia, o ano passado - 2017 - nós tivemos investimentos totais no Município de um bilhão e duzentos milhões de reais. Desse montante, quase oitocentos milhões foram destinados a abastecimento público, ou seja, a metade disso para coleta e tratamento de esgotos. Agora nós precisamos reequilibrar essa situação. A gestão procura agora fomentar o aumento e o acréscimo do investimento na coleta e tratamento dos esgotos para que a gente consiga atingir as metas de universalização desses componentes. Esse é um outro aspecto importante. Do ponto de vista de ligações de água, também temos um destaque nas ligações por tarifa social e aqui no Município nós temos 160.299, praticamente 166.300 ligações de interesse social. Esse é um dado importante também. Para cada um desses componentes, nós fizemos essa análise, que termina como análise de performance dos serviços e com essas conclusões básicas que eu passei para os Senhores. Só apenas revisando, para abastecimento de água nós analisamos os dados de consumo, capacidades de suprimento, perfil de consumo, as distribuições operantes, a estrutura da concessionária. Lembrando que nós estamos dentro de um sistema integrado metropolitano. Na realidade, nós temos que distinguir: como ele é integrado, nós temos investimentos e operações da prestadora de serviço que são isoladas ou exclusivas, melhor dizendo, para o Município de São Paulo e operações em investimentos que são compartilhados no Município de São Paulo, entre o Município de São Paulo e os outros Municípios



operados pela SABESP, porque o sistema é o mesmo. O sistema adutor é um só e ele é integrado, só que existem alguns componentes do sistema que servem exclusivamente ao Município. São chamados sistemas exclusivos do Município, que são destacados e analisados dessa maneira, e os sistemas que são compartilhados. Normalmente os sistemas compartilhados são os grandes sistemas produtores e as grandes adutoras e também uma parte dos grandes interceptores de esgoto, que são compartilhados também. Nós temos que distinguir essas duas coisas para que nós possamos inclusive, ao analisar a atuação da prestadora, a gente possa distinguir perfeitamente o que foi feito exclusivamente para o Município e o que foi feito de maneira compartilhada. E considerando o compartilhado, nós temos uma equação, que, evidente, nós precisamos aplicar para distinguir aquela parte do compartilhado que beneficia o Município de São Paulo. Este é um detalhe que o diagnóstico aborda e nós colocamos. Aqui dos sistemas existentes também nós destacamos os principais mananciais, as estações de tratamento, o sistema adutor e distribuidor, as questões e desafios de disponibilidade, cobertura e atendimento, perdas de água, qualidade de água suprida, lembrando que perdas de água é um desafio bastante grande para a prestadora, porque a nossa rede de distribuição é muito antiga. Entre perdas físicas e perdas não físicas - as perdas físicas são os vazamentos, as perdas não físicas são perdas de faturamento e outras perdas comerciais. Nós estamos na faixa de 30%, somando as duas, o que é muito grande; entretanto, numa cidade como a nossa, esse é um desafio que precisa de muito investimento e bastante atenção na nossa parte, da parte da prestadora. É um dos focos principais das nossas recomendações e da atuação, principalmente bastante rigorosa, da agência reguladora. Todos esses indicadores e todos esses componentes da performance da prestadora são analisadas através de indicadores que estão aqui, tem apenas algumas siglas, como regularidade de atendimento e uma série de outros, de atendimento ao consumidor, índice de reclamações e uma série de coisas de outros componentes. No que diz respeito a esgotamento sanitário, nós gostaríamos de destacar que nós temos... Apenas só voltando um pouquinho para o atendimento dos sistemas produtores, apenas destacando quais são eles. Nós contamos com Alto Tietê, Cantareira, Guarapiranga, Rio Claro e alguns sistemas isolados. Apenas para os Senhores terem uma ideia da dimensão, nós temos uma produção média de água hoje de cerca de sessenta e cinco metros cúbicos por segundo e isso atende com mais de 95% de garantia a cidade de São Paulo, ou seja, nós temos um risco muito baixo de falha hoje graças às intervenções também que vieram após a crise hídrica e quando nós falamos em rede de



distribuição, nós estamos falando de uma rede que é uma das maiores que eu conheço também no mundo. Nós temos mais de vinte mil quilômetros de rede de distribuição, exatamente vinte mil, setecentos e setenta quilômetros de rede de distribuição de água, que é algo realmente bastante importante. E uma capacidade total de reservação de 2.7 milhões de metros cúbicos, onde a principal capacidade de produção vem do sistema Cantareira, que é um sistema que importa água de outra bacia, da bacia do Piracicaba/Capivari - Jundiá. Em segundo, vem o Guarapiranga, que é um sistema nosso aqui, situado no Município. Depois o Alto Tietê, que provê também outros Municípios, e o Rio Claro. Passando, então, para esgotamento sanitário, nós gostaríamos de destacar aqui que no nosso estudo nós fizemos uma análise do volume gerado de esgoto e esse volume gerado dá conta de um total de economias, ou seja, ele esgota, ele coleta e as economias envolvem vários consumidores, quatro milhões e setecentos e cinquenta mil economias, que são esgotadas pela nossa prestadora de serviço. E aí nós temos um volume de contribuição de quase quinhentos e cinquenta milhões de metros cúbicos de esgoto por ano e corresponde a um índice de atendimento de 86%, ou seja, nós estamos coletando esgoto de 86% dos nossos munícipes. Nossa meta é coletar 100%, entretanto, desse esgoto que é coletado nem todo ele é tratado, então, digamos, esta é uma das principais questões que o nosso diagnóstico coloca. Ou seja, apesar de nós termos praticamente já a nossa meta de universalização do abastecimento de água, que se dará - que tem condições inclusive de ser antecipada - acredito que até 2024 nós estejamos universalizados em termos de abastecimento de água, de acordo com as metas contratuais que previam isso para depois. Nós já teremos antecipado as metas de universalização de abastecimento. Entretanto, para a universalização de coleta e tratamento de esgoto nós estamos ainda muito distantes. Se nós imaginarmos que 86%, existe 86% de coleta de esgoto, mas que nem todo esse esgoto é tratado - talvez pouco mais que a metade -, nós estaríamos mais ou menos tratando cerca da metade do esgoto que é gerado na cidade de São Paulo, aproximadamente a metade. Esta é uma missão muito mais difícil, porque é muito mais difícil você coletar esgoto e tratar. Tratar nem tanto, mas coletar, do que implantar rede de abastecimento público. Isso por uma série de razões. Primeiro, porque a coleta implica no acesso a situações onde há muitas interferências, interferências com habitações e núcleos habitacionais subnormais ou, digamos, habitações, vamos dizer, em núcleos habitacionais que não permitem o acesso de equipamentos. Nós temos que adotar, ou seja, umas outras situações, principalmente se considerarmos que a maior parte desses núcleos habitacionais ou dessas interferências



estão nos fundos de vale, que estão totalmente ocupados. Então, o que nós observamos na rede coletora de esgotos, se nós projetarmos um mapa - na apresentação que eu ia trazer tinha esse mapa. Infelizmente, se perdeu, mas eu vou passar depois para vocês. Vocês observam que existe na rede coletora de esgoto uma série de segmentos vermelhos, que são interrupções na rede coletora de esgoto, ou seja, a rede coletora de esgoto não consegue atingir todos os pontos onde precisaria alcançar para a coleta de esgoto. Essa é a grande dificuldade da nossa prestadora, por razões diversas de interferências urbanas, interferências físicas, interferências até do ponto de vista administrativo. Então, nós precisamos mudar um pouco essa forma de trabalho com a prestadora para que outras soluções sejam factíveis, para que a gente consiga cumprir o nosso objetivo, que é a universalização não só da coleta, mas do tratamento de esgotos e, finalmente, a despoluição hídrica, porque isso inclusive está muito bem configurado no programa de governo do Governador eleito. A despoluição ela é um processo que não pode ser realizado simplesmente com coleta de esgoto, apenas com coleta de esgoto, Coleta de esgoto é um componente indispensável para a despoluição, mas em nenhum lugar do mundo se faz despoluição sem tratar a água dos rios diretamente. Nós vamos precisar inovar nesse aspecto e isso, evidente, que a prestadora de serviço é resistente em realizar porque não é só competência dela. Nós temos que ter uma Autoridade Hídrica, um gestor hídrico que precisa ter uma interação com esse tipo de coisa. Entretanto, a rede coletora tem que ser completada e esta é uma obrigação da prestadora de serviço. Independentemente se ela não tem acesso por alguma outra interferência, precisamos criar condições junto com a prestadora para que a coleta seja feita, ou, senão se não puder ser feita, que a água decorrente, quer dizer, os efluentes decorrentes desta situação sejam coletados e tratados, seja em estações compactas, seja de outra maneira. Nós precisamos ter acesso aos efluentes, que, digamos, são levados para os corpos d'água. Caso contrário, nós não chegaremos, não atingiremos jamais as metas de tratamento de esgoto. Este é o ponto mais importante do nosso diagnóstico e que converge muito bem inclusive com as diretrizes do programa do governo do Governador eleito de São Paulo. Com relação ao esgotamento sanitário, concluímos exatamente isso, mas a partir de dados de geração de volume produzido, coletado e tratado. A estrutura na operação no papel da concessionária do sistema integrado e dos sistemas existentes de coleta, estações de tratamento, descarte e reuso, o atendimento, a eficiência do tratamento e reuso, inovação para áreas de difícil acesso. Esse aqui é um grande destaque: a inovação para áreas de difícil acesso. Esta é



a estratégia. É por aí que nós temos que atuar com bastante eficiência e as questões de desafios: a poluição dos córregos, os lançamentos não tratados, a eficiência de tratamento e a geração de resíduos. Basta lembrar que para a despoluição, além da coleta e tratamento de esgoto e o tratamento das águas fluviais, nós precisamos ter um serviço como qualquer outro prestado pela nossa companhia de saneamento. Eu questiono muito isso eles. O fato é o seguinte: você conclui uma adutora, uma rede coletora, vocês não dão manutenção? Dão, né? Eles não concluem uma adutora, uma elevatória e deixam ela sem manutenção. Da mesma forma, o corpo hídrico é um corpo no tecido urbano. Ele é uma estrutura de um sistema de saneamento que precisa de operação e manutenção. Não adianta fazer um córrego limpo. O que aconteceu? Dos centos e cinquenta e um córregos que já foram despoluídos, nós perdemos cerca de trinta ou quarenta. Perdemos por quê? Por falta de manutenção, por que como a prestadora reage? Ah, não, mas a operação e manutenção é da Prefeitura, mas quem despoluiu não foi a Prefeitura. Essa é uma obrigação do contrato. Então, a manutenção que prevê não só a coleta e tratamento de esgotos, mas a manutenção das margens, a conservação dos resíduos, quer dizer, a coleta permanente dos resíduos, porque isso gera poluição também. Todas essas questões estão sendo discutidas nesse âmbito, ou seja, porque senão gera... o próprio auditor, que é o órgão regulador, considera investimento imprudente. Nós temos uma previsão orçamentária de mais de quinhentos milhões de reais para a despoluição e se nós perdermos isso, isso torna-se um investimento imprudente, ou seja, nós precisamos garantir que esse investimento seja permanente, seja um investimento prudente, ou seja, um investimento que seja realizado e que seja permanentemente mantido. Esse é um outro desafio. E também temos resumos de indicadores, que são vários. Apenas destaquei uma sigla aqui para vocês observarem. Aqui nós chegamos no manejo de águas pluviais. Destacamos a problemática da drenagem, que eu já falei, uso e ocupação do solo, os excedentes de chuvas, que provocam as inundações, a poluição difusa e principalmente a organização institucional, que, nesse caso, ela está totalmente pulverizada. Todo mundo interfere na drenagem urbana. No Município, interfere a Secretaria de Infraestrutura Urbana, a São Paulo Obras, a CET, as Prefeituras Regionais, ou seja, tudo em função das suas necessidades e não existe, apesar de nós termos recentemente editado um plano de manejo de águas pluviais, não existe uma competência articulada nesse aspecto. E a mesma coisa é o Estado. O Estado intervém através do Departamentos de Águas e Energia Elétrica, que é o órgão gestor, aquele que realmente competiria fazer isso, mas



também nós temos intervenções no Metrô, intervenções de toda sorte e isso gera uma dificuldade bastante grande de gestão na drenagem urbana, além da principal delas, que é a falta de articulação e existência de recursos associados a uma prestação de serviço como qualquer outra. Isto é uma questão que ainda está, vamos dizer, muito frágil e é o ponto mais vulnerável dos componentes de saneamento aqui que nós discutimos. As instituições operantes são destacadas, a organização municipal, estadual, as abordagens de foco, o estudo das ferramentas de gestão, a estrutura de operação dos elementos de micro e macrodrenagem, os fatores de projetos, a organização de operação e manutenção, os sistemas existentes e aqui destacamos não só de coleta e transporte dos grandes rios, mas principalmente aqui onde o Município intervém muito, que é a retenção através de reservatórios e nós já temos aqui no Município quase cinquenta reservatórios chamados piscinões. Eu não gosto muito desse nome, mas o primeiro deles foi um de grande sucesso, que foi o reservatório do Pacaembu. Esse é um caso de sucesso bastante interessante, mas aí se multiplicaram outras intervenções que não são tão bem-sucedidas. E as questões e desafios com relação às inundações e alagamentos, com destaque que nós evoluímos. Temos um plano de manejo de águas pluviais do Município bem elaborado, mas que requer, digamos, que seja institucionalizado através de uma Autoridade Hídrica Municipal que contemple a alocação de recursos de forma constante. A questão da poluição difusa, que está diretamente vinculada com a despoluição dos cursos d'água. As limitações, portanto, do modelo institucional e operacional atual, a gestão da informação e a demanda por novos indicadores de desempenho neste particular. Observem que nós temos diversos indicadores para abastecimento público, indicadores de desempenho mesmo para aferir a prestação de serviço, porque é uma prestação de serviço. Agora no caso da drenagem nós não temos praticamente indicador nenhum que possibilite uma análise de performance mais quantitativa. Nós temos, evidente, que uma percepção qualitativa do problema, mas não temos indicadores, ou seja, não estamos num patamar tão evoluído quanto nos demais outros componentes. Na questão de resíduos sólidos, abordamos a produção de resíduos, a escala de geração, as fontes geradoras, as instituições operantes. Aqui nós temos a Autoridade Municipal de Limpeza Urbana, a distribuição de responsabilidades, como que isso é feito, quais são os programas de investimentos, a gestão dos diferentes resíduos, entre regime público e privado, as diferentes categorias, as condições especiais de gestão, os sistemas existentes, destacando a dinâmica de coletas, as centrais intermediárias, os centros de tratamento e reciclagem, disposição



final, os programas sociais e de inovação e também sempre as questões de desafios. Primeiro lugar, a saturação dos aterros, o atendimento da coleta seletiva, a eficiência de reciclagem, os modelos de gestão em áreas menos acessíveis e os resíduos na drenagem e corpos hídricos. Esses, para variar, é o mais sensível dos problemas. Este é o destaque. E com isso ligamos os componentes. Aí na realidade nós destacamos as próximas etapas, que já estão em andamento, que é atualização e validação das informações. Aqui já estão todas concluídas. A preparação dos infográficos e tabelas, e os textos descritivos agora nos demais componentes do plano municipal, que envolvem o prognóstico, que são os focos de abordagem, os programas, projetos e ações, o planejamento estratégico e depois terminaremos o Plano com a implementação, com as estratégias de implementação do Plano Municipal. Como que se propõe a efetivação do Plano, o seu uso e execução, a avaliação com indicadores de desempenho e já deixando as diretrizes para a revisão do Plano, que se fará em 2020 junto com a segunda revisão quadrienal do contrato com a nossa prestadora. Seriam essas as principais, vamos dizer, informações que eu teria a prestar aos Senhores. Estou à disposição e agradeço muito e novamente desculpe aí o atraso.

(não identificada) - O Senhor pode nos informar onde essa informação está disponível, por favor?

Engenheiro Marco Antônio Palermo - Ao concluir esta revisão, nós faremos uma série de consultas públicas e colocaremos à disposição de toda a sociedade, dos órgãos municipais e da sociedade. No momento, ele está ainda em elaboração. Essa informação ela está sendo disseminada apenas em fóruns específicos a convite. Por enquanto, ela só está à disposição dos Conselheiros tanto aqui do Comitê Gestor como daqueles que estão participando das Comissões Temáticas. Até o final do ano, nós teremos com programações. Ao final deste ano, daqui até o mês que vem, a gente pretende colocar isso no ar. Deve ser pelos meios da mídia da Prefeitura. Deve ser deve criado um canal. Normalmente, ele vai pelo sistema - eu imagino que seja, não está decidido ainda, o Comitê Gestor é que decide - mas eu imagino que será através do Sistema de Informações do Comitê Gestor, que fica no site da Secretaria de Estado de Saneamento e Recursos Hídricos, porque ele que abriga as informações todas do corpo intergestor. Nós deixamos ele lá porque já existe uma plataforma permanente lá. Com certeza, no caso do Plano Municipal, nós também divulgaremos através da mídia da Prefeitura.



Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - Da ARSESP?

Engenheiro Marco Antônio Palermo - Não, é no site da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos do Estado - ssrh.gov.br/, tá?

Cons. Ivo - Ivo, Parque Savoy. A título de informação, eu queria saber se esse Comitê trabalha as questões dos territórios da cidade, porque o Parque Savoy City é um exemplo. Não existe esgoto lá. É um bairro classe média, é um bairro que tem ocupações em algum território, mas esse território não está na centralidade do bairro. Agora que está sendo colocado, a SABESP está trabalhando no território num bairro que tem mais de trinta anos. A outra questão: se essas discussões chegam até vocês, até esse Comitê. A outra fala que veio do Senhor mesmo é a questão do Córrego Limpo. É tanto dinheiro envolvido e por que esse dinheiro não ajuda na desocupação, na retirada das ocupações irregulares? Por exemplo, eu tenho o Córrego Guaiaúna, que foi iniciado um trabalho há alguns anos atrás. Parou por quê? Chegou uma ocupação lá. É o que sempre barra a questão da limpeza de córrego. Só que, por outro lado, nós vivemos de perto o impacto. Eu tenho escola, nós temos escola que o córrego passa bem de lado. Nós temos posto de saúde, nós temos a rede - que, infelizmente, o meu amigo Roberto foi morto outro dia, que é o que implantou essa rede: Hora Certa. E convivemos com isso de perto numa centralidade em decorrência da questão da ocupação irregular. Com esse monte de investimento, por que que não se direciona um pedacinho disso para ao menos facilitar as ações no Córrego Limpo, em determinados locais?

Engenheiro Marco Antônio Palermo - Essa questão é tratada, sim, no Comitê Gestor, tanto com relação à política urbana, tanto é que a nossa Secretária de Urbanismo e Licenciamento ela tem assento permanente no Comitê Gestor. Então, tudo isso chega a nós, não há dúvida. É evidente que nas pautas do Comitê Gestor chegam as situações mais predominantes, mas as Comissões Temáticas tratam de todos esses assuntos, inclusive particulares. Aonde nós identificamos, vamos dizer, atuações prioritárias para a prestadora nós exigimos que ela atue, como nesse caso que o Senhor mencionou.

Cons. Ivo - Só concluindo, nós temos hoje, quando se fala, a questão da tubulação do esgoto, que é uma tubulação que vem de cinquenta anos atrás e não foi planejado o desenvolvimento da cidade, o desenvolvimento urbano, que cresceu muito a cidade. Então, há locais que, no caso de chuva, dá refluxo. Inclusive, sobre no segundo andar. No banheiro do segundo andar retorna. Por quê? Porque, por essa falta de



planejamento da cidade, na questão do desenvolvimento dela. Hoje, é pensado isso? (Palermo: Sim) Para daqui a sessenta anos?

Engenheiro Marco Antônio Palermo – Sim. Esses casos de pontos de refluxo eles têm de ser tratados pontualmente e, normalmente, com válvulas anti-refluxo. A prestadora já está, nas suas reformulações... Tem um componente do contrato que chama-se exatamente renovação de ativos; essas expressões modernas... A renovação de ativos é exatamente isso. É a reforma, ou a troca, dos sistemas antigos por novos. E onde existir, vamos dizer, esses contra degraus, ou esses refluxos, a prestadora, ela será obrigada a instalar válvulas de refluxo para esse tipo de problema. Ou, reformular a rede de forma que ela tenha, vamos dizer, gradientes suficientes para que isso não aconteça. A questão mais grave - de todas que o Senhor mencionou também - é a questão das ocupações, principalmente nos fundos de vale. Esta não é uma obrigação da prestadora. É uma obrigação do contratante, que é o Município. Esta é a nossa principal dificuldade porque envolve situações em que, paradoxalmente, a interferência tem um custo, às vezes, milhares de vezes superior ao custo da infraestrutura. O que sempre me leva a argumentar contra a prestadora "olha, vocês projetam um sistema onde a infraestrutura é mil vezes mais barata que a interferência? Vocês fariam isso na sua casa?" Não; se o senhor for construir uma casa e se o valor do reparo de uma instalação na sua casa ficar dez vezes maior que o valor do seu imóvel, o senhor não vai fazer, não é? Está certo? Ou vai trocar de imóvel ou vai fazer uma outra estrutura. Então, essa mudança de foco também precisa ser pensada. Muitas coisas dá para fazer; algumas não é possível fazer, a não ser realmente com a remoção de uma parte, vamos dizer, ou uma reestruturação habitacional. Mas outras soluções podem ser dadas em muitos casos. Eu cito, por exemplo, o coletor tronco do Jabaquara. O coletor tronco do Jabaquara até hoje não está pronto porque a prestadora insistia em fazer todo ele no fundo de vale. Nós chegamos à conclusão de "olha, então não vamos fazer nunca porque não vamos conseguir remover cinquenta mil famílias. Isso é inviável, até do ponto de vista da lógica. Então, o que nós vamos fazer?" Nós convencemos a prestadora a subir, digamos, em vez de fazer no fundo de vale fazer a coleta, digamos, em quotas superiores e o fundo de vale dar um tratamento daquele tipo, vamos dizer, tratamentos alternativos ou tratamentos localizados. Ela já está se programando e já está, digamos, procurando inserir essa nova cultura nas suas propostas de desenvolvimento de novos projetos. Ou seja, acho que a pendência fundamental é o seguinte: nós temos de ter um limite, a



partir do qual o valor da infraestrutura não pode ser ínfimo face à remoção da interferência. Quer dizer, não tem sentido. Isso é contra a lógica da engenharia, do bom senso, da economia, da lógica geral. Mas, nem sempre isso é possível no saneamento. Na maior parte dos casos a gente consegue combinar essas situações. Essa, acho que é a estratégia que a gente poderia adotar.

Cons. Sônia Hamburger – Sônia, da Centro Oeste 1. Eu queria fazer uma pergunta sobre a possibilidade de descentralização de coleta e tratamento do saneamento, que é uma coisa que a gente discute. Inclusive, no CADES regional a gente já falou isso com o pessoal da SABESP, sei lá eu, há uns quatro anos atrás, porque o custo de coleta e centralização é tão grande, que se a gente pudesse descentralizar, eu acho que poderia ser uma alternativa.

Engenheiro Marco Antônio Palermo – Com certeza, Sônia. Você fala isso com a SABESP há quatro anos, eu falo há vinte e cinco e eu acho que nós vamos ter uma avanço nessa próxima gestão do Governo do Estado nesse aspecto. Eu fui a pessoa que iniciou o projeto da despoluição do rio Tietê em 92. E permaneci como Coordenador, um dos Coordenadores do Grupo do Executivo até 95, quando se chamava Projeto para Despoluição do Rio Tietê. Vocês observem que depois houve uma mudança no nome. Não se chama mais Projeto de Despoluição, passou a se chamar Projeto Tietê e daí passou a Projeto Tietê, fase 1, 2, 3 e agora estamos na 4. Não é mais despoluição, exatamente por conta disso. Agora vai voltar a ser. Eu acredito que a nossa prestadora e a companhia na nova gestão vai ter uma nova dinâmica com relação a isso. E ela já está um pouco mais sensível à adoção de tratamentos descentralizados, por conta que já está chegando no limite, ou seja, ela vai deixar de cumprir os contratos. Se ela deixar de cumprir os contratos, ela vai ser multada. A Prefeitura e o Agente regulador estão muito afinados com esses objetivos e a própria prestadora já está consciente de que essa é a alternativa. Não há mais espaço para imaginar que o sistema... os grandes sistemas que são necessários, mas eles não são suficientes. Numa cidade como a nossa não é suficiente; isso já está mais que demonstrado. Eu acho que nós vamos evoluir, vamos dizer, de uma maneira, que espero que irreversível desta vez. Há vinte e cinco anos atrás nós evoluímos até determinado ponto e depois essa questão virou tipo um tabu na prestadora de serviço “senão nós abdicamos de nossa filosofia de sistema separador absoluto, não sei o quê”. Mas acho que essa resistência já está quase vencida. E uma vez vencida, implantadas as primeiras unidades, nós vamos aí dar ensejo a que outras,



digamos, que a política se consolide. Só não aconteceu ainda porque não tem nenhuma unidade descentralizada; já existe uma em construção pela SABESP. Existe uma que eles compraram uma unidade de tratamento, mas é de esgoto só, na Turquia. Importaram a unidade toda e estão instalando, não lembro bem qual que é o córrego, mas acho que nós vamos ter uma revolução agora, principalmente na Bacia do rio Pinheiros, com o tratamento do rio. Então, nós complementaremos, inclusive com a possibilidade, com parcerias privadas, de que a água tratada seja vendida pela própria SABESP. Ou seja, ela não vai precisar captar água a trezentos quilômetros de São Paulo para trazer. Nós podemos fazer uma negociação com ela e o prestador de serviço do tratamento das águas vende a água tratada para a própria prestadora e ele é pago pelo preço da venda da água tratada. Além do que vai possibilitar, se nós conseguirmos reformular também a legislação - que houve uma alteração em um dos governos federais passados com relação à venda de energia -, nós poderemos, inclusive, utilizar essa água para geração de energia se reformulada a legislação. Com certeza o Governador atuará nisso para que a gente possa ter receitas para a Empresa Metropolitana de Águas e Energia que, futuramente, poderá vender, gerar mais, e que tenha benefícios para si, não para o Fundo energético, enfim, o Tesouro federal, e sim para a própria empresa, como era anteriormente, para que isso possa vir para o Estado como uma contrapartida da melhoria da qualidade das águas.

Andrea Franklin - Existe uma pressão grande das comunidades irregulares quando ocupam uma área e depois vai passar por um processo de regularização do fornecimento da água. Como que a SABESP atua em situações que ela tem de fornecer a água, cobra uma tarifa daquela água fornecida, mas ela não consegue fornecer a rede de esgotos de forma adequada que aí cai, acho, na situação que o Senhor explicou, que são as áreas inacessíveis. Como que é isso do ponto de vista legal? Você ter de fornecer a água e ter que fornecer uma rede de esgotos, parte disso está Ok do ponto de vista legal e parte fica essa situação difícil. Isso é mapeado e pensado sobre um cronograma possível ou simplesmente a área não é acessível, mas vai ter a taxa cobrada. Como que se dá isso?

Engenheiro Marco Antônio Palermo – Nessas áreas mais carentes não é cobrada a tarifa. A SABESP ela procede - são aquelas cento e sessenta mil ligações que são ou tarifa social ou isentas de cobrança. Eles não cobram e, aí, essa situação precisa ser, à medida em que se consigam uma regularização fundiária, uma regularização. Aí entra o que a



SABESP chama assim de uma forma assim um pouco, vamos dizer, eles usam um termo que é um pouco, eu diria, que superado dentro do contexto social nosso, que é a cidade informal, como se existisse cidade informal. Essa situação da cidade informal - e que eles chamam de cidade informal. Eu, pelo menos, já proibi. É, não existe cidade informal, no meu raciocínio, existe cidade. A formalidade é uma questão jurídica, tá certo, não tem nada a ver com isso. Os serviços de saneamento, na minha opinião, não têm de ter essa distinção. E isso era muito presente na retórica da prestadora. Essa retórica, por enquanto, pelo menos na fala, já não existe mais. Mas funciona assim. Aonde existem essas situações, vamos dizer, totalmente precárias, esses assentamentos muito precários, a água é fornecida por obrigação e não é cobrada. Agora, a regularização precisa ser feita mais dia, menos dia, porque isso incide tanto na tarifa - aquelas tarifas sociais ou isenções de tarifas como também nas perdas de faturamento, porque tem as duas coisas. Há casos em que existem assentamentos precários, que não são tão precários assim, mas que caberia a tarifa, mas existem perdas - perdas tanto de faturamento como perdas físicas significativas e que precisam ser sanadas além desse problema de regularização que é fundamental, que é o problema da regularização, vamos dizer assim, das áreas do ponto de vista urbano, da cidade.

Cons. Walter Pires – Walter Pires, Secretaria de Cultura. Não sei se é uma pergunta cabível, mas enfim...Com esse trabalho tão minucioso e detalhado de informação e estatística de tantos anos, é possível perceber se já há um tipo de estabilidade de crescimento populacional ou modificações em certas áreas de ocupação mais tradicional, como as áreas industriais. A gente percebe que certos bairros da cidade estão se modificando, ocupações mais antigas, como indústrias, são substituídas por uma verticalização mais intensa. Se isso impacta ou não, evidentemente, nesses processos de decisão de médio prazo, de longo prazo. Se é possível perceber isso nesse processo tão complexo da cidade.

Engenheiro Marco Antônio Palermo - Certamente. Toda a programação e todo plano de saneamento ele é baseado, em primeiro lugar, no crescimento da demanda. E esse crescimento da demanda é setorizado. A SABESP ela trabalha por setores de abastecimento. O que a gente observa é que existe uma... isso é reflexo direto da densidade de ocupação. Nós observamos que nos últimos anos houve, digamos, um esvaziamento dos centros urbanos e onde se situa a maior parte da infraestrutura, por isso que a política municipal atual, já vindo até do próprio PDE, do adensamento das áreas



com infraestrutura. E esse adensamento prevê, evidentemente, o uso da infraestrutura de abastecimento público que está aí e, em parte, não digo ociosa, mas disponível, certo? Mas está lá. Por outro lado, houve com relação ao crescimento da população, tem havido uma estabilidade no total, mas tem havido uma transferência nos últimos anos para as áreas próximas a mananciais e muitas áreas irregulares. Essa transferência por conta também, claro, das dificuldades econômicas e tudo o mais. Isso está muito articulado também com a questão do transporte. Tudo isso tem de estar conjugado para que a gente consiga fixar o cidadão mais próximo do seu trabalho, onde estão as oportunidades, e ter a sua política, e ter a política urbana concentrada na valorização dos espaços onde existem condições mais adequadas e também proporcionar ofertas de emprego, trabalho para que não haja também essa sobrecarga nos sistemas de transporte e em todos os outros sistemas. Isso está perfeitamente focado. No que diz respeito à população total, existe já uma tendência flat. Não existe mais crescimento, praticamente, tanto é que vocês observem que, em 2002, nós produzíamos setenta metros cúbicos por segundo de água para São Paulo. Depois, com a estabilidade da população, com a melhoria dos sistemas, integração, redução de consumo, a crise hídrica, etc, hoje nós produzimos dez metros cúbicos por segundo a menos, quase dez a menos, uns sessenta e poucos; então, isso se reflete. Mas, com certeza, essa situação precisa ser, está sendo tratada e eu destaco muito com relação à política urbana do Município, que procura realmente adensar as áreas com maior infraestrutura.

Cons. Clodoaldo Alencar Jr – Clodoaldo. Secretaria Municipal da Educação. Mesmo que olhando que é um plano municipal, a escala é a cidade de São Paulo, eu queria saber se uma interlocução com o Comitê de Bacias, pensando no Alto Tietê, qual é o poder deles? Quando eu falo poder, porque a gente sabe que a parte do Comitê de Bacias, a gestão, toda essa discussão, ela é uma coisa mais articulada de vários atores. Se eles têm alguma ingerência, ou tem que passar por eles. Como que seria um pouco, se você pudesse me orientar.

Engenheiro Marco Antônio Palermo - Na realidade, a gente trabalha um pouco ao contrário. Considerando que o Comitê de Bacia do Alto Tietê ele possui um plano da Bacia do Alto Tietê, tanto o Plano de Manejo de Águas Pluviais da cidade de São Paulo, como o Plano Municipal de Saneamento consideram as premissas do Plano da Bacia do Alto Tietê, que foi recém - nós tivemos o de 2002 e 2009, que serviram de base para o nosso Plano Municipal de Saneamento de 2010 - e agora existe mais um que foi



recentemente concluído pela Agência da Bacia do Alto Tietê, em contratação, que são os nossos documentos de referência aos quais nós nos reportamos e vice-versa. Também quando eles elaboram os Planos de Bacia, eles se articulam conosco para que tenham as informações dos nossos planos municipais. Eles fazem a mesma coisa, principalmente com a SABESP, onde opera, no caso, a SABESP opera, não só no Município de São Paulo, mas, acho que em vinte e seis dos trinta e cinco Municípios da Região Metropolitana. Essa interação existe certamente.

Cons. Sônia Hamburger - Posso só fazer uma pergunta com relação ao plano... É Sônia, Centro Oeste 1. A descentralização novamente, no plano municipal existe alguma proposta de descentralização?

Engenheiro Marco Antônio Palermo - Sim, existe.

Cons. Sônia Hamburger – Que bom. Eu queria perguntar também sobre essa questão institucional e jurídica também de competência, que é uma coisa que também a gente se debate quando a gente levanta essas questões. Existe algum movimento no sentido de resolver essa questão?

Engenheiro Marco Antônio Palermo - O nosso Presidente do Comitê Gestor é o Secretário do Gabinete do Prefeito, Fábio Lepique, e ele já me encomendou - e eu devo entregar até a próxima reunião do Comitê Gestor – uma alternativa. Ele pediu alternativas, mas eu vou entregar uma só. Eu não vou entregar alternativas, que eu já fiz isso na gestão passada e começou assim (vou fazer uma brincadeira aqui). Começou com uma Secretaria Especial, depois caiu para uma Coordenadoria, isso com relação à competência e a instância hídrica; depois Coordenadoria, depois virou Departamento e acabou sendo uma comissão de três pessoas. Então, isso é muito comum, no Estado, no Município, na União. O Presidente me disse que o Prefeito Bruno Covas demandou, ele está de acordo com a instituição da competência, não só da competência, mas de uma Autoridade Hídrica Municipal ou uma Autoridade Municipal de Saneamento, alguma coisa assim, então, ele pediu que eu fizesse. Eu vou entregar até a próxima reunião do Comitê Gestor – estamos um pouco apertados – mas eu vou entregar uma alternativa, só uma. Eu falei, não vou entregar alternativas não, porque nós corremos o risco de acontecer a mesma coisa. A gente sabe como trabalha a Administração, as questões... Eu vou entregar uma proposta de instituição de competência, mas não numa Secretaria, também não vou fazer isso. Depois institui na Secretaria, a Secretaria não



tem... Vai dar o mesmo trabalho. A instituição de uma Autoridade Municipal de Saneamento. Essa é a encomenda. Eu vou entregar a encomenda e, a partir daí, o Prefeito toma as iniciativas que achar melhor. Então, ou existirá ou não existirá. Espero que exista, né?

Cons. Sônia Hamburger - Eu também espero.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - Mais alguma.

Cons. Renate - Posso só perguntar uma última coisa? Excelente apresentação. Muito obrigada. Foi extremamente esclarecedora. Eu gostaria de saber se existe a possibilidade de o Senhor trazer para cá, com mais detalhe, a parte de resíduos sólidos que, infelizmente, o Senhor não teve tempo de se aprofundar, inclusive orçamentos, o que a cidade realmente planeja com relação a isso e um pouco mais sobre águas pluviais, pensando bastante na resiliência da cidade. Existe essa possibilidade de o Senhor abrir isso para nós num momento futuro?

Engenheiro Marco Antônio Palermo - Certamente. Eu acho que o Secretário poderia pautar duas apresentações específicas, só que área de resíduo sólido é o meu ponto fraco, por isso que eu não apresentei muitas coisas. Eu acho que melhor seria uma apresentação específica, como nós fizemos no nosso grupo. Nós pedimos que a AMLURB viesse e trouxesse todas essas informações. Eles estão muito preparados, então, eu acho que eles fariam muito melhor do que eu. Eu tenho essas informações, mas eles fariam muito melhor do que eu. Com manejo de águas pluviais, eu acho que tanto eu poderia fazer como eu sugiro o nosso, eu acho que é uma pessoa melhor informada do que eu, que é o Coordenador do Núcleo de Gestão Técnica do Comitê Gestor, que é o Engenheiro Pedro Algodoal. Eu recomendaria que fosse ele que fizesse a apresentação. Eu também tenho condições de fazer, mas ele está muito mais atualizado e é ele que conduz o Núcleo de Gestão Técnica, então, eu acho que traria as duas informações de maneira mais apropriada para vocês.

Cons. Renate - Excelente. Seria bom se a gente conseguisse também um pouco de números do que será feito na cidade que foi previsto para 2019, como foi feito com os parques hoje.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - Ok. Está registrado. Está bem fácil da gente trazer, até porque existe já uma dinâmica entre o Verde e a AMLURB, até acho que é



oportuno. Vou me comprometer e sugerir aqui ao CADES para a gente incluir na pauta, como a gente incluiu o Jockey, AMLURB. Para gente começar a trazer a AMLURB para trazer algumas informações importantes: plano de investimentos, o que está sendo feito.

Cons. Renate - A AMLURB e a SIURB também, né Andrea?.

Andrea Franklin - Eu poderia falar? Para encerrar? O Pedro Algodoal fez, inclusive, uma apresentação dessa para um outro grupo que nós fazemos parte, eu e o Secretário, que é o Comitê de Mudanças Climáticas.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - Então, AMLURB é para falar de resíduos e para falar sobre esse assunto, sobre o plano de obras e qual a estratégia, nós chamaremos a SIURB, Ok?

Cons. Sônia Hamburger – Sônia, do Centro Oeste 1. Eu gostaria de saber se existe algum movimento no sentido de cruzar o Plano de Habitação com o Plano de Saneamento, porque existe um Plano de Habitação que está parado na Câmara, mas ele existe, ele foi feito.

Engenheiro Marco Antônio Palermo - Sim. A SEHAB faz parte do Grupo de Trabalho da Comissão Temática da revisão do Plano Nacional de Saneamento. Essa é uma condição *sine qua non* para o desenvolvimento dos trabalhos. Ela está permanentemente atenta a essas questões. Inclusive é ela que nos orienta e provê as informações nesse particular.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - Aliás, para informá-los, quarta-feira antes do feriado, nós tivemos uma reunião conjunta com a SIURB, Verde e Habitação para fazer a previsão de investimentos para o ano que vem para a SABESP. Eu estou só reforçando o que o Palermo estava comentando. A Secretaria da Habitação faz parte do Grupo Executivo e que para isso estabelecer quais são os investimentos que nós faremos. Eu queria só reforçar, primeiro: dois pontos que me chamaram a ... os 7%, 7,5, é trimestral para o FMSAI. A nossa demanda no FMSAI tem... tem demanda no FMSAI? Para esses 7,5?

Engenheiro Marco Antônio Palermo - O FMSAI se reúne aqui, inclusive, nessa sala. Tem reuniões específicas e tem um Conselho próprio e é presidido pelo Secretário da Habitação. Tem um Secretário Executivo próprio também e nessas reuniões é que se define o programa de investimentos do FMSAI. Tem sido destinado para



complementação de obras de drenagem, conjuntos habitacionais, para uma série de coisas, inclusive umas de saneamento também. Só que nesse caso, quando é obra de saneamento, o FMSAI adianta para o saneamento e depois a própria SABESP reembolsa. Quando ela não está em condições de executá-las. Existe um programa específico e que, por sinal, dentro do Município é muito disputado.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) – O Verde mesmo tem projetos no FMSAI. A minha pergunta vai exatamente na capacidade executiva do Fundo.

Engenheiro Marco Antônio Palermo - Eu diria que...

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) – Seriam 3 de 7, é isso? 21? 21, não; 28?

Engenheiro Marco Antônio Palermo - 7,5% da receita bruta da SABESP, descontado PIS e CONFINS a cada trimestre, 7,5%, então, isso dá, vamos imaginar, por ano, a receita bruta dela é um bi e duzentos... Não, isso foi o investimento. A receita bruta dela, acho que uns cinco bilhões. Deve dar uns trezentos milhões por ano, por aí. Trezentos, trezentos e cinquenta milhões por ano. Imagino. Deve dar mais ou menos isso, trezentos a quatrocentos milhões.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - Porque esse Fundo, aliás, poderia ser aquilo que compete ao Município de fazer.

Engenheiro Marco Antônio Palermo - É para isso mesmo.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - A qualidade dos projetos que podem estar sendo encaminhados para o Fundo e essa capacidade executiva, isso eu falo porque tem dificuldade mesmo. A gente coloca então o dinheiro, está disposto lá, tem o Fundo, tem não sei o que, mas o projeto demora, "ah! Não sei o quê". A execução de Fundo todos nós sabemos que não é fácil. Então, a sua demanda, quando o Senhor falou disso. Eu tenho certeza que a Habitação coloca isso no programa, no Fundo, mas acho que o grande desafio é fazer com que o Fundo seja executivo. Ele rode bem. Eu falo pela Secretaria do Verde. A gente roda mal para caramba. Não porque as pessoas não querem. É porque não existe. Às vezes o equipamento da Secretaria não está preparado, não tem capacidade. Essa capacidade de fazer às vezes, o desafio de fazer o Fundo executar é realmente uma tarefa grande. Esse volume não é pouco. É um volume bastante interessante de se trabalhar. Mas está bom. Isso fica só um alerta para



nós. Palermo, mais uma vez eu sempre aprendo com você. Toda a hora que você fala eu ouço alguma coisa... isso aqui eu nunca tinha ouvido falar. Então, como professor, brilhante a sua apresentação. Agradeço essa oportunidade conosco. E quero dizer também que o CADES está à disposição para a gente... na sequência, quando tiver uma outra necessidade a gente coloca esse tema, que eu acho que tem muito a ver com as nossas preocupações. E, aí, em nome de todos os Conselheiros eu queria agradecer aqui a sua presença e a sua brilhante apresentação.

Engenheiro Marco Antônio Palermo - Muito obrigado. Foi uma satisfação. Estou à disposição e espero que seja realmente esse o veículo através do qual a gente consiga a ajudar, cada vez mais, a implementar esse plano que é fundamental para todos nós. Obrigado.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - Bom. Você faz o encerramento.

Luiz Eduardo Peres Damasceno – Pois não, pode falar.

(não identificado) - Eu só queria lembrar... eu saí de férias, voltei e não pude participar da última reunião. Eu fui convidado e sei que a Secretaria do Verde estava organizando um seminário que seria na semana que vem, dia 30, envolvendo a discussão de tombamento de áreas municipais e ambientais. Acho que está confirmado praticamente. Seria interessante, talvez, se confirmado, informar aos demais Conselheiros e convidá-los para eventualmente participar. É uma tentativa de discutir aquilo até que o Secretário falou hoje da superposição das legislações, dos interesses de preservação, no caso específico envolvendo o tombamento das áreas municipais de interesse ambiental no Município de São Paulo pelo IPHAN, pelo CONDEPHAT, pelo CONPESP, enfim, acho que é seminário bem interessante que estava sendo organizado pela Secretaria. Se confirmado isso, seria interessante divulgar para os demais Conselheiros oportunamente. Seria dia 30 de novembro, sexta-feira que vem.

Luiz Eduardo Peres Damasceno – Muito obrigado.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - Eu vi alguma coisa, não tenho aqui de cabeça a confirmação, mas se tiver, com certeza a gente faz aí o chamamento.



Luis Eduardo Peres Damasceno - Bom, lembrando que a 207ª reunião será dia 12 de dezembro, às 9 horas, aqui. E agradecendo a presença de todos, um bom dia e muito obrigado.

LUIZ RICARDO VIEGAS

Secretário Adjunto da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente e
Presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável- CADES

Conselheiros(as) presentes:

ANDRÉA FRANKLIN SILVA VIEIRA	JÚLIO CÉSA BESSA MONQUEIRO
CECILIA RODRIGUES DE BARROS	MARIA CRISTINA POLETTI
CLODOALDO GOMES DE ALENCAR JUNIOR	MEIRE FONSECA DE ABREU
CHARLOTTE TROESTSCHEL	RAQUEL ALEXANDRA ROMANO
FRANCISCO GALLEGU PEREIRA	RENATE SCHMITT NOGUEIRA
GEORGE DOI	RICARDO DA SILVA BERNABE
IVO CARLOS VALÊNCIO	SÔNIA HAMBURGER
JOSÉ EDILSON MARQUES DIAS	WALTER PIRES

Conselheiros o Suplente presente:

DÍLSON FERREIRA

Conselheiros com justificativa de ausência:

JOSÉ ROBERTO HASELMANN PAULO/ LILIANE GLAESSEL RAMALHO / MARINEIDE SANTOS
SILVA / RAUL ALEIXO FERNANDES / ROSÉLIA MIKIE IKEDA

Conselheiros (as) Suplentes presentes: DÍLSON FERREIRA

Secretária Executiva: Rute Cremonini de Melo

Coordenador Geral: Luis Eduardo Peres Damasceno